

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

DISSERTAÇÃO

**Cultura Popular, Economia Solidária e Gestão Social: um estudo de caso da
organização social do Coletivo Educação Solidária na Ilha Grande - Angra
dos Reis/RJ, em tempos pandêmicos (2020-2022)**

Thássia Andryna Silva de Paula

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Cultura Popular, Economia Solidária e Gestão Social: Um estudo de caso
da organização social do Coletivo Educação Solidária na Ilha Grande -
Angra dos Reis/RJ, em tempos pandêmicos (2020-2022)**

THÁSSIA ANDRYNA SILVA DE PAULA

Sob a Orientação do Professor
Dr. Lamounier Erthal Villela

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Maio de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P324c Paula, Thássia Andryna Silva de, 1991-
Cultura Popular, Economia Solidária e Gestão Social: um estudo de caso da organização social do Coletivo Educação Solidária na Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ, em tempos pandêmicos (2020-2022)/ Thássia Andryna Silva de Paula. - Seropédica, 2022.
95 f.

Orientador: Lamounier Erthal Villela.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2022.

1. Economia Solidária. 2. Gestão Social. 3. Lei Aldir Blanc. 4. Ilha Grande/RJ. I. Villela, Lamounier Erthal, 1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS



TERMO Nº 1224 / 2022 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.073643/2022-19

Seropédica-RJ, 01 de dezembro de 2022.

TERMO DE APROVAÇÃO

THÁSSIA ANDRYNA SILVA DE PAULA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ), área de Concentração 30: Planejamento Urbano e Regional e Demografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/05/2022

Dr. Lamounier Erthal Villela, UFRRJ
(Orientador)

Dr. Fernando Guilherme Tenório, FGV
(Membro Externo)

Dr. Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento, UFRRJ
(Membro Interno)

Thássia Andryna Silva de Paula
(Mestranda)

(Assinado digitalmente em 06/12/2022 08:45)
LAMOUNIER ERTHAL VILLELA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCEcon (12.28.01.00.00.00.09)
Matrícula: 1802640

(Assinado digitalmente em 02/12/2022 10:46)
FERNANDO GUILHERME TENÓRIO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 204.107.517-15

(Assinado digitalmente em 01/12/2022 14:57)
CARLOS ALBERTO SARMENTO DO NASCIMENTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 102.362.987-98

(Assinado digitalmente em 01/12/2022 12:02)
THÁSSIA ANDRYNA SILVA DE PAULA
DISCENTE
Matrícula: 20201001814

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1224**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **01/12/2022** e o código de verificação: **706a401bdc**

Dedico este trabalho às mulheres da Economia Solidária.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Lamounier Erthal Villela por me apresentar ao tema da Economia Solidária e por sempre buscar minha inclusão nas atividades do PEPEDT. Agradeço também pelas inúmeras metáforas, as quais guardarei para sempre. Mestre, obrigada por caminhar ao meu lado e me ajudar a ser forte, corajosa e independente.

À Alexandra Campos por me ensinar na prática sobre o desenvolvimento de redes de solidariedade, ação política e por ser luz, esperança e exemplo de líder comunitária. Obrigada por todos os momentos que pude experimentar, observar e trabalhar ao seu lado.

Ao meu amigo Carlos Alberto Sarmento do Nascimento pelo incentivo constante, por me incluir nos grupos de trabalho, por sempre estender a mão.

Ao meu amigo Edmir Amanajás pelo suporte e acolhimento e motivação nos momentos mais críticos desta pesquisa. Obrigada pelas conversas, pela troca e doação.

Ao grupo PEPEDT/UFRRJ, aos meus amigos (as) Diná Ramos, Patrick Maurice, Nicholas Mendes, Rafaela Chaves, Edmir Amanajás, Carlos Sarmento, Márcia Costa, Victor Celestino e Márcio Viana. Todos foram essenciais no desenvolvimento deste trabalho. Obrigada a cada um pela conversa, pela sugestão e pelo trabalho em grupo. Sem o coletivo e sem a nossa união não seria possível.

Aos companheiros do PEGS e da Cáritas, Fernando Tenório, Janete Salgueiro e Alex Vargas por me ensinarem sobre a prática e a importância da Extensão Universitária, pela confiança e honra em caminhar ao lado de vocês nestes 5 anos de trabalho.

Ao corpo docente do PPGDT/UFRRJ pela coragem em retornar ao ensino emergencial, pela qualidade das aulas e das discussões. Aos servidores técnicos da UFRRJ, em especial a Monique por sempre ser atenciosa e gentil.

A turma remota de 2020 do PPGDT pelos incríveis momentos vividos nas telas, das e por terem sido parte desse processo. Agradeço a ajuda mútua e a cordialidade.

A minhas amigas e amigos por me acolherem nos momentos mais difíceis dessa jornada e por todas as palavras de incentivo. Ao meu noivo Fabian pelo amor, pelo carinho e por ser tão companheiro nos dias críticos do encerramento desta dissertação. Aos meus pais, Marcia da Silva e Jean de Paula pelo amor incondicional. Aos meus tios, Marcelo da Silva e Sandra Azevedo pelo suporte e apoio. A minha prima Ana Carolina, pelo carinho e atenção estendidos a mim desde sempre.

A banca de qualificação, a Dr^a Diná Ramos, Dr. Fernando Tenório, Dr. Carlos Kramaer, Dr. Carlos Sarmiento e Dr. Lamounier Villela pelas contribuições e sugestões e por iluminarem o caminho. Obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Obrigada a todos e a todas pela rede de apoio, amor, solidariedade e financiamento.

*Deus me proteja de mim
E da maldade de gente boa
Da bondade da pessoa ruim
Deus me governe e guarde
Ilumine e zele assim*

*Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder
Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber*

*Perigo é se encontrar perdido
Deixar sem ter sido
Não olhar, não ver
Bom mesmo é ter sexto sentido
Sair distraído espalhar bem-querer*

(Chico César, 2015)

*Mesmo que o mundo fosse se desintegrar amanhã, ainda assim plantaria minha macieira.
Martinho Lutero: Retirada do Livro O Bem Viver, 2018.*

RESUMO

DE PAULA, Thássia Andryna Silva. **Cultura Popular, Economia Solidária e Gestão Social: um estudo de caso da organização social do Coletivo Educação Solidária na Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ, em tempos pandêmicos (2020-2022)**. 2022. 96p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PPGDT, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, Seropédica, RJ, 2022.

Em vista dos reflexos da pandemia da COVID-19, esta pesquisa investigou a experiência da organização social de Economia Solidária pela ótica da Gestão Social na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ. No tocante às políticas públicas, através da Lei Aldir Blanc (LAB), destinada ao setor cultural, que dispõe sobre as ações emergenciais aos trabalhadores do setor. A organização social em torno da cultura popular e economia solidária se deu a partir da ação do Coletivo de Educação Solidária, através da realização do projeto do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária (CF Ecosol), que visava mitigar os impactos da pandemia. A Ilha Grande recebeu recursos da LAB, em etapa proposta atrelada ao movimento de Economia Solidária estadual. Através da parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela atuação do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, foi estabelecida a participação do Coletivo Educação Solidária no Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande, pela qual se deu o acompanhamento do projeto do CF Ecosol- etapa Ilha Grande/RJ, e o apoio em forma de capacitações e auxílio à realização de oficinas preparatórias para a participação local na 6ª Plenária do Fórum de Cooperativas Populares do Estado do Rio de Janeiro. Partindo-se deste contexto, este trabalho buscou elucidar “como a organização social promove a implementação da economia solidária a partir da gestão social para o desenvolvimento territorial sustentável na Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ?”. A metodologia utilizada foi de um estudo de caso, de natureza qualitativa e de caráter exploratório. A triangulação dos dados foi a partir da combinação da observação direta por meio do bate-papo do Colegiado da Baía da Ilha Grande/RJ, das reuniões do Observatório Territorial, das reuniões promovidas pelo CF Ecosol; análise documental das normativas da LAB e do CF Ecosol; questionário estruturado para os atores da etapa do circuito na Ilha Grande. Buscou-se analisar a aplicação da LAB e a participação social através da experiência de realização do circuito. O desenvolvimento territorial sustentável foi discutido na ótica da Gestão Social, pelo viés do gerenciamento participativo em iniciativas da Economia Solidária. A ação de extensão universitária em torno da Gestão Social, foi importante para a consolidação do processo de organização social local, pela afirmação dos valores de solidariedade e da emancipação social de caiçaras e moradores da Ilha Grande, em torno da produção da cultura popular, da pesca artesanal e produção de alimentos. Considera-se ainda que a integração da universidade com a organização social no território, facilitou processos de reconhecimento e representação de lideranças locais em espaços de tomada de decisão. Diante disso, salienta-se a relevância das ações extensionistas praticadas nas Instituições de Ensino Superior com as comunidades, assim, além do diálogo aberto há também o desenvolvimento de transferências de tecnologias sociais, condição importante para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Economia Solidária; Gestão Social; Lei Aldir Blanc; Ilha Grande/RJ.

ABSTRACT

DE PAULA, Thássia Andryna Silva. **Popular Culture, Solidarity Economy and Social Management: A case study of the social organization of Coletivo Educação Solidária in Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ, in pandemic times (2020-2022)**. 96p. Dissertation (Master in Territorial Development and Public Policies). Postgraduate Program in Territorial Development and Public Policy - PPGDT, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, Seropédica, RJ, 2022.

This research investigated the experience of the social organization of Solidarity Economy from the perspective of Social Management in Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ in pandemic times (2020-2022) With regard to public policies and the implications through the Aldir Blanc Law (LAB), the study aimed at the cultural sector, which provides emergency actions for workers in the sector. The social organization around popular culture and solidarity economy took place from the action of the Solidarity Education Collective, through the realization of the project "Fluminense Circuit of Popular Culture and Solidarity Economy" (CF Ecosol), which aimed to reduce the negative impacts of the pandemic. Ilha Grande received funds from the LAB, in a proposed stage linked to the state Solidarity Economy movement. Through the partnership with the Federal Rural University of Rio de Janeiro, through the performance of the Teaching, Research and Extension Program in Territorial Development and Public Policies, the participation of the Coletivo Educação Solidária in the Territorial Observatory of Baía da Ilha Grande was established. Furthermore monitored the CF Ecosol project - Ilha Grande/RJ, and provided support in the form of training and assistance in carrying out preparatory workshops (for local participation in the 6th Plenary of the Forum of Popular Cooperatives of the State of Rio de Janeiro). Starting from this context, this work sought to elucidate "how the social organization promotes the implementation of Solidarity Economy and how to concentrate social management for sustainable territorial-grow in Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ?". The methodology used was a case study, qualitative and exploratory. Data collection was based on the two factor combination of direct observation through expert interviews of the Collegiate in Baía da Ilha Grande/RJ, the meetings of the Territorial Observatory, the meetings promoted by the CF Ecosol; document analysis of LAB and CF Ecosol regulations; structured questionnaire for the actors of the circuit stage on Ilha Grande. We sought to analyze the application of the LAB and social participation through the experience of carrying out the circuit. Sustainable territorial development was discussed from the perspective of Social Management, from the perspective of participatory management in Solidarity Economy initiatives. The university extension action around Social Management was important for the consolidation of the process of local social organization, for the affirmation of the values of solidarity and social emancipation of caiçaras and residents of Ilha Grande, around the production of popular culture, artisanal fishing and food production. It is also considered that the integration of the university with the social organization in the territory facilitated processes of recognition and representation of local leaders in decision-making spaces. In view of this, the relevance of extension actions practiced in Higher Education Institutions with communities is highlighted, so, in addition to open dialogue, there is also the development of transfers of social technologies, an important condition for the promotion of sustainable territorial development.

Keywords: Solidarity Economy; Social Management; Aldir Blanc Law; Ilha Grande/RJ.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Observação participante	36
Quadro 2: Coleta de dados	38
Quadro 3: Projetos aprovados no Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária	52
Quadro 4: Entrevistas realizadas em campo	57
Quadro 5: Projetos realizados pelo Coletivo Educação Solidária e parcerias em rede.	60
Quadro 6: Perspectivas de potencialidades resultantes da Pesquisa	71

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Municípios da Baía da Ilha Grande/RJ.	18
Mapa 2: Localidades da Ilha Grande	26
Mapa 3: Parque Estadual da Ilha Grande	28
Mapa 4: Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul	29
Mapa 5: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro	30
Mapa 6: Área de Proteção Ambiental de Tamoios	30

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formação de redes na Ilha Grande/RJ.	31
Figura 2: Convite Audiência Pública.	43
Figura 3: Encontro dos Pequenos Produtores.	45
Figura 4: Resultados da Pesquisa.	51
Figura 5: Vegetação e ao fundo um megaempreendimento às margens da BR 101.	61
Figura 6: Viagem de Balsa e ao fundo o Bico do Papagaio.	61
Figura 7: Balsa Angra dos Reis x Vila do Abraão.	62
Figura 8: Árvore em Abraão.	62
Figura 9: Rede de Pesca em Abraão.	63
Figura 10: Carrinho para carregamento de mercadorias.	63
Figura 11: Vitrine Solidária.	64
Figura 12: Mulheres da Economia Solidária - Abraão Fonte: Coletivo Educação Solidária.	64
Figura 13: Parte interna da Vitrine Solidária Fonte: Coletivo Educação Solidária.	65
Figura 15: Horta Solidária.	65
Figura 14: Horta Comunitária.	66
Figura 15: Lançamento Cultura Popular e Economia Solidária.	66
Figura 16: Curso Cultura Popular e Economia Solidária.	67
Figura 17: Chamada para expositores.	67
Figura 18: Chamada para expositores com prazo estendido.	68
Figura 19: Moeda Solidária.	68
Figura 20: Resultados.	68
Figura 21: Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT.	69
Figura 22: Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT.	70
Figura 23 Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT.	70
Figura 24: Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT.	71
Figura 25: Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT.	71
Figura 26: Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT.	72
Figura 27: Assinatura Convênio UFRRJ e Universidade de Milagro.	72
Figura 28: Transatlântico Ilha Grande/RJ.	73
Figura 29: Carrinhos carregamento de mercadorias.	73
Figura 30: Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT - Museu Ilha Grande/RJ.	74
Figura 31: Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT - Museu Ilha Grande/RJ.	74
Figura 32: Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT - Museu Ilha Grande/RJ.	75
Figura 33: Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT.	75
Figura 34: Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT.	76
Figura 35: Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT.	76
Figura 36: Horta Solidária.	77
Figura 37: Rio poluído.	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão.
CARJ	Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.
BIG	Baía da Ilha Grande
CEADS	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável.
CF Ecosol	Círculo Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária.
CPF	Conselho, Plano e Fundo da Cultura
EC	Estudo de Caso
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IES	Instituição de Ensino Superior
IEAR	Instituto de Educação de Angra do Reis da Universidade Federal Fluminense
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro.
LAB	Lei Aldir Blanc
LCIDS	Laboratório Cidadãos Conectados com as Instituições Locais pelo Desenvolvimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
OT-BIG	Observatório Territorial Rural da Baía da Ilha Grande/RJ.
PPP-IG	Parceria Pequeno Produtores da Ilha Grande.
PEGS	Programa de estudos em Gestão Social.
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
PL	Projeto de Lei
PPGDT	Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
PEPEDT	Programa de ensino, pesquisa e extensão em Desenvolvimento Territorial.
PROFEC	Centro Ecumênico de Formação e Educação Comunitária
SECEC-RJ	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
UNIRIO	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.2 Formulação do Problema	7
1.3 Objetivo Geral	8
1.4 Objetivos Específicos	8
1.5 Suposições	9
1.6 Delimitações do Estudo	9
1.7 Justificativa	10
1.8 A caracterização da Ilha Grande/Angra dos Reis	10
2. METODOLOGIA	16
2.1. Do tipo de pesquisa e Estudo de Caso.	16
2.2. Coleta e análise de dados.	18
3. PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.	22
3.1. As origens históricas da economia solidária.	22
3.2. Da institucionalização da Economia Solidária (2000 - 2012).	27
4. A LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.	32
4.1. A Lei Aldir Blanc na organização da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro.	32
5. A EXPERIÊNCIA DO CF ECOSOL NA ETAPA ILHA GRANDE, ANGRA DOS REIS/RJ.	39
5.1. O Coletivo Educação Solidária: O gerenciamento participativo a partir da experiência do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária- etapa Ilha Grande- Angra dos Reis/RJ.	39
6. REFLEXÕES, PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.	51
REFERÊNCIAS	55
ANEXO 1	59

1. INTRODUÇÃO

O cenário que envolve esta pesquisa é permeado de incertezas, haja vista o distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19 e sua sobreposição a outros impactos globais, como a crise econômica e política, as mudanças na esfera do trabalho a partir das novas tecnologias, as crises climáticas, entre outros exemplos. A consequência desses impactos está também atrelada a um sentimento de insegurança ou medo, numa perspectiva de mudanças no cenário geopolítico mundial. O noticiário, dos meios de comunicação em massa, revela uma sociedade contemporânea que caminha para o sentimento em comum de uma constante crise.

Vivemos um período cujas atividades humanas são responsáveis por alterações significativas no planeta, ao ponto de os vestígios destas atividades caracterizarem uma nova era geológica, o antropoceno. Estas atividades provocam mudanças em escala planetária; em termos sociais, econômicos e políticos. O segundo decênio do século XXI emoldura-se com problemas tais como uma extrema desigualdade e níveis de pobreza, além da regressividade dos regimes democráticos (TENÓRIO, 2021) e por ainda ter como característica os regimes não igualitários em todo mundo.

A pandemia da Covid-19, segundo diversas análises da comunidade científica mundial (SILVA et al, 2020; DE PAULA e ANTHONY, 2021; LAKITSCH, 2021), cada vez mais se traduz como um resultado dos impactos antrópicos sobre o planeta. O contexto que se estabeleceu em todo mundo por conta da pandemia da COVID-19 provocou diversas mudanças sejam elas sociais, econômicas, políticas, ambientais.

Embora, os problemas sejam caracterizados como estruturais na história brasileira, observa-se que no Brasil, por exemplo, atualmente, há 125,2 milhões de pessoas que estão na insegurança alimentar e 33 milhões em situação de fome no Brasil, sendo a área rural em caso mais grave comparado a área urbana (PENSSAN,2022).

A pandemia provocou a morte de mais de 676.486 mil cidadãos brasileiros (DATASUS, 2022) e acompanhada de demais crises, derrubou a economia, apresentando um aumento na inflação, atualmente na faixa de 11,89% a.a além de provocar a alta nos preços dos alimentos, há também a questão energética, o aumento dos preços dos combustíveis. O cenário de 11,1% de desemprego, representando 11 milhões de pessoas (IBGE, 2022).

Diante deste cenário, o atual modelo escolhido pela sociedade se mostrou incapaz, diante de medidas que estavam sendo adotadas no campo da economia, através de uma forte redução do papel do agente empreendedor do Estado (MAZZUCATO, 2014) para um agente mais promotor das desigualdades sociais, cerceador da liberdade e inoperante na escala da promoção do desenvolvimento clássico – adoção de políticas voltadas para a industrialização. O Estado brasileiro é um exemplo da instabilidade e das crises provocadas pelo capitalismo mundial. Dessa forma, em contexto geral:

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980– à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro–, o mundo tem vivido em permanente estado de crise (SANTOS, 2021, p. 5).

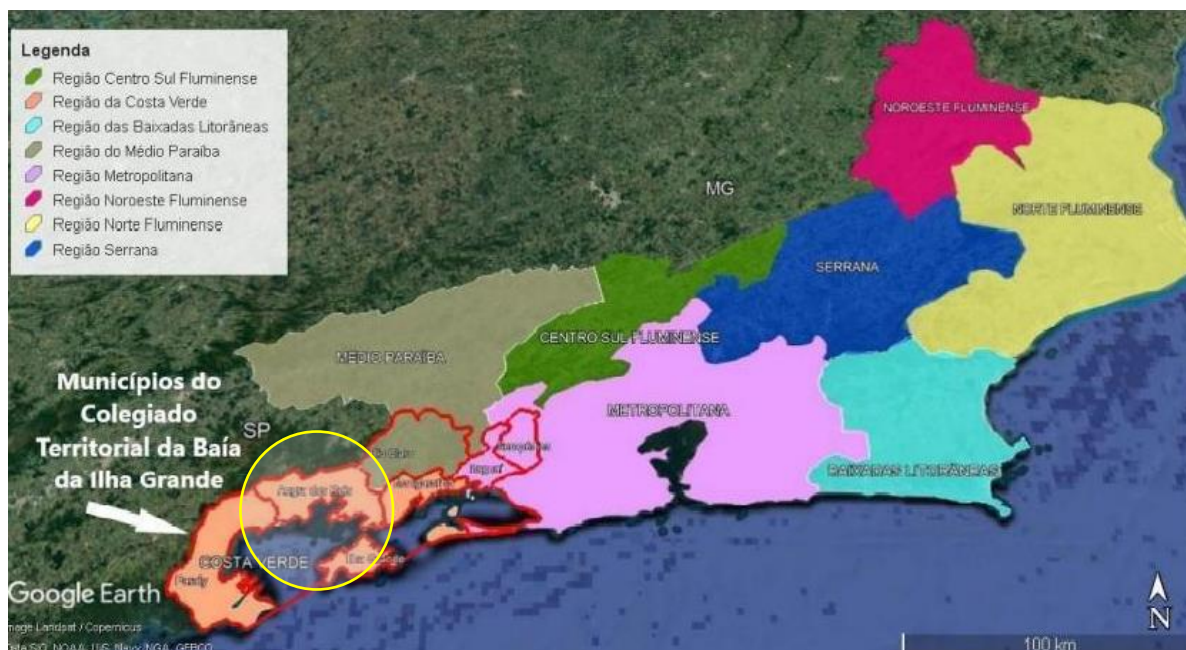
Todavia, há outra corrente de modelo de desenvolvimento que permeia esta sociedade. Esta outra lógica é atrelada ao que denominamos de controle social, ou seja, uma significativa busca por alternativas das relações econômicas e sociais que visam sobretudo outras formas de geração de valores, como a solidariedade e cooperação.

As atividades voltadas à Economia Solidária, ou outros modelos organizacionais, diferentes do modelo capitalista de mercado, tomam maiores dimensões nas organizações sociais e nos movimentos sociais, sobretudo, em tempos em que a solidariedade se fez presente, como em cenários de crise do sistema capitalista (SANTOS, 2021). Assim, é comum encontrar as definições de solidariedade e atividades de geração de renda, sendo desenvolvidas desde a Economia Social, da Economia Popular, da Economia Criativa, da Economia de Francisco, entre outros modelos de organização de ordem econômica e social.

Os reflexos da pandemia evidenciam os desequilíbrios latentes na sociedade em nível mundial e de forma específica na sociedade brasileira. Hoje, talvez, não seja mais palatável imaginar a ideia que o vírus é democrático, pelo contrário, e o território da análise da pesquisa, a saber a Ilha Grande/RJ, localizado no Estado do Rio de Janeiro, se mostrou como um *locus* importante, a partir de ações envolvendo a Economia Solidária no cenário marcado pela queda drástica do turismo, por conta das restrições sanitárias.

A Ilha Grande é 3º distrito do município de Angra dos Reis/RJ e está localizada na mesorregião do Sul Fluminense, na região da Costa Verde, na microrregião da Baía da Ilha Grande (CEPERJ, 2019), zona costeira do estado do Rio de Janeiro, compreendido dentro dos Territórios Rurais da Baía de Ilha Grande – RJ (MDA, 2015). O Mapa 1 apresenta a localidade.

Mapa 1 Municípios da Baía da Ilha Grande/RJ.



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do TCE (2019).

O Decreto Federal nº 6/2020 reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública decorrente da Pandemia da COVID-19) e em linhas gerais, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil mostra a seguinte realidade em termos da renda familiar:

É muito baixo o rendimento da população brasileira, uma vez que 36,8% das famílias tinham renda per capita média de até 1/2 salário mínimo. Dentre essas famílias, cerca da metade vivia com, no máximo, 1/4 de Salário Mínimo *per capita* para atender às suas despesas. Em 14,3% dos domicílios havia pelo menos 1 morador/a procurando emprego, e em 8,2%, a pessoa responsável pela família estava desempregada. A Covid-19 ceifou vidas em 6,1% das famílias brasileiras. Para agravar todas as situações de vulnerabilidade, em 42,5% delas a pessoa vitimada pela doença contribuía para o atendimento às despesas domiciliares. A junção dessas condições, e possivelmente outras, levou ao endividamento de 38,2% das famílias e à necessidade de cortes em despesas essenciais em 57,1% dos domicílios. É necessário dizer ainda que esses indicadores de pobreza e suas consequências são piores nas regiões Norte e Nordeste, nos domicílios rurais do país, bem como em moradias com a pessoa de referência autodeclarada de cor preta ou parda, ou que eram mulheres (PENSSAN, 2022, p.35)

A partir do decreto, o território da Ilha Grande foi fechado, assim, algumas **dificuldades** se evidenciaram. As ações do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT/UFRJ), possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa, ao acompanhar os efeitos da crise gerada pela pandemia e as dificuldades enfrentadas pelos atores sociais no território da Ilha Grande. Assim, foi possível analisar que a Economia Solidária é

uma importante estratégia de organização territorial, capaz de apontar caminhos alternativos para o desenvolvimento territorial sustentável, e, por meio da organização em redes, da autogestão e de valores, tal como a cooperação e a solidariedade, proporcionar alternativas de geração de renda e trabalho de forma mais evidente.

Diante da contextualização, o território da Ilha Grande/RJ apresenta dois fenômenos específicos, 1) área de proteção ambiental e 2) o turismo como a principal atividade econômica. Na Ilha Grande/RJ foi possível verificar a ocorrência de uma experiência em Economia Solidária, visando mitigar os impactos da pandemia a partir de uma lei emergencial voltada para o setor cultural¹. O estudo de caso se debruça na experiência do projeto do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária da Ilha Grande (CF Ecosol), na região da Costa Verde do Rio de Janeiro.

O trabalho apresenta o seguinte percurso metodológico: A investigação é um Estudo de Caso (EC), do tipo pesquisa exploratória, descritiva e analítica, de natureza qualitativa interpretativista². O percurso metodológico se deu em diversas etapas, sendo que estas se retroalimentaram durante o desenvolvimento da pesquisa, realizada entre junho de 2020 e maio de 2022. Devido a atuação direta desta pesquisadora em ações de planejamento e atividades do Coletivo Educação Solidária, esta pesquisa é caracterizada como pesquisa-ação (THIOLENT, 2009).

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativos. (THIOLENT, 2009, p.16).

A primeira etapa se dá a partir da inclusão desta pesquisadora no PEPEDT/UFRRJ. O programa desenvolve estudos nos territórios da Baía da Ilha Grande/RJ (BIG), e se constituiu a partir de uma Política Pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o acompanhamento e implementação de políticas rurais no território, sendo os municípios estudados pelo PEPEDT: Angra dos Reis/RJ, Paraty/RJ Mangaratiba/RJ, Itaguaí/RJ, Rio

¹ A Lei Aldir Blanc será analisada no capítulo 4 da dissertação. Lei Federal nº 14.017/2020: Através dos recursos do fundo nacional de cultura, em torno de R\$ 3bilhões de reais, 50% para estados e distrito federal e 50% para municípios foram empenhados e pagos pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro para os editais, tal como foi beneficiado o Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária da Ilha Grande/RJ.

² Ontologicamente o presente trabalho apresenta uma base anti-fundamentalista, ou seja, a realidade não é compreendida de forma determinística, sendo os fenômenos sociais e os contextos construídos e transformados por seus atores. (MAFFEZZOLI; BOEHS, 2008)

Claro/RJ e Seropédica/RJ. Através do PEPEDT foi possível a parceria que possibilitou a condução desta pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa, do tipo exploratória, compreendeu o levantamento e cruzamento das informações obtidas na localidade da Ilha Grande e da literatura sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável e Desenvolvimento Rural Sustentável. Obteve-se como resultado um levantamento sobre as “Potencialidades da Economia Solidária na Costa Verde”³, sobretudo, em relação à temática de cadeias produtivas locais, como a do artesanato, da fruticultura, do turismo de base comunitária, da produção cultural, entre outras, incluindo seus circuitos curtos de comercialização, contribuindo assim, como marcadores para a construção do referencial teórico.

A terceira etapa foi a definição metodológica do estudo a ser adotado na pesquisa. A escolha se deu por um estudo de caso de natureza qualitativa, a partir da análise documental e, em específico, do portfólio de ações do Coletivo Educação Solidária. Além disto, foram realizadas observação de encontros, entrevistas e transcrições de falas: das reuniões do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG); dos Bate-papos com o Colegiado BIG⁴; dos observadores locais do Observatório da Baía da Ilha Grande (OT-BIG); e das reuniões virtuais do Circuito Fluminense de Economia Solidária no Rio de Janeiro. Também foi elaborado e aplicado um questionário, com objetivo de levantar informações qualitativas sobre a realidade local da Economia Solidária.

A quarta etapa se constitui por meio do desenvolvimento de atividades relacionadas à extensão universitária. Dessa forma a pesquisadora participou de atividades dentro do Circuito Fluminense de Economia Solidária, nas etapas das Baixadas Litorâneas e em específico na etapa da Ilha Grande; na promoção de um acordo de parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio do Laboratório Cidadãos Conectados com As Instituições Locais Pelo Desenvolvimento Sustentável (LCIDS/UFRRJ); além da atuação nos cursos promovidos há 33 anos pelo Programa de Estudos em Gestão Social, promovidos pela Cáritas Arquidiocesana⁵.

A quinta etapa consistiu de três visitas de campo no território, sendo: *i*) visita realizada em março de 2021, de acompanhamento das atividades do Coletivo Educação Solidária; *ii*) visita e discussão a partir do Turismo de Base Comunitária, em março de 2022, quando da

³ O trabalho foi desenvolvido para as disciplinas: Desenvolvimento Territorial Sustentável e a Desenvolvimento Sustentável, ambas ministradas no PPGDT.

⁴ Atividade desenvolvida pelo PEPEDT com os interlocutores da BIG. Criada como atividade de estratégia de interlocução com os atores da BIG em tempos pandêmicos

⁵ A Cáritas e o PEGS realizam cursos destinados à sociedade civil sobre as seguintes temáticas: Gestão e Economia Solidária e Formação Política e Cidadania com ênfase nos conselhos municipais.

realização do convênio UFRRJ e Universidad Estatal del Milagro (Equador); e *iii*) realização de duas oficinas para os atores locais, através do OT-BIG, de preparação para a 6ª Plenária estadual de Economia Solidária; *iv*) entrevista e interlocução com os atores, realizadas em maio de 2022.

A reflexão e aplicação do referencial teórico se deu a partir do olhar da pesquisadora no território, de forma a se aplicar os conceitos sobre Economia Solidária – dentre aqueles: autogestão, cooperação, redes, solidariedade e da Gestão Social e do Desenvolvimento Territorial Sustentável, na prática de atividades junto ao Coletivo Educação Solidária.

A sétima etapa consiste na análise dos resultados preliminares da pesquisa acerca de potencialidades, restando ainda as devolutivas que serão oferecidas no âmbito das oficinas promovidas pelo PEPEDT.

A análise de dados se deu a partir da pesquisa-ação, de cunho interpretativista, que abarcou um estudo de caso dirigido a partir das ações de uma organização social. Dessa forma, problematiza-se “como se dá a organização social em torno da Economia Solidária, pela ótica da Gestão Social a partir da captação de recursos públicos para o Desenvolvimento do Território?”. Diante deste cenário, conduziu-se o estudo na busca de elucidar a pergunta norteadora e aliar o resultado da pesquisa como uma devolutiva ao território a partir da realização de oficinas coordenadas pelo OT-BIG/UFRRJ.

Para o tratamento e análise dos dados, analisou-se o conteúdo da Lei 14. 017/2020 - Lei Aldir Blanc (LAB), sobretudo quanto à efetividade da aplicação da política pública no setor cultural, visando a mitigação dos impactos decorrentes do isolamento social e da crise econômica aos trabalhadores da cultura. Aliada à análise do texto de lei, a pesquisadora acompanhou e participou das discussões sobre a LAB promovidas pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro - SECEC/RJ.

Também foi realizada uma análise comparativa, pautada no levantamento de Literatura acerca da discussão em torno da Lei Aldir Blanc e seus impactos no setor cultural no estado do Rio de Janeiro e em outros Estados da federação, porém foram referenciados nesta pesquisa apenas os trabalhos realizados no estado do Rio de Janeiro.

Outra análise realizada nesta pesquisa, se deu em torno do Edital Público 01/2020 da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC/RJ). Este edital contemplou 8 projetos no Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária (CF Ecosol), entre os quais, o projeto proposto pelo Centro Ecumênico de Formação, Educação Solidária e Educação Comunitária - PROFEC, realizado em parceria com o Coletivo Educação Solidária na Ilha

Grande. No Capítulo 4 apresenta-se um quadro descritivo, a fim de identificar os projetos, suas localidade e os seus proponentes. Observou-se que o CF Ecosol, se mostra como uma estratégia importante na mitigação dos impactos causados pela pandemia, sendo este instrumento criado em momento anterior à pandemia de Covid 19.

Diante desta temática, corrobora-se com França Filho (2019, p.40) que evidencia que “o estudo da territorialidade ou de cada território constitui um elemento básico num esforço renovado de reflexão sobre a relação entre economia e desenvolvimento”. Assim, a análise e acompanhamento do CF Ecosol na Ilha Grande, através de atividades de investigação e extensão, demonstra um exemplo de aplicação pública da função da universidade na geração de conhecimento e retorno à sociedade. Isto revela-se na pesquisa, através das dimensões da Gestão Social, como elemento chave para o Desenvolvimento Local.

A dissertação está dividida em formato de capítulos, além desta introdução, foram apresentados os demais capítulos na seguinte estrutura: O capítulo 2 é apresentado a Metodologia da condução da pesquisa, o qual foi descrito o processo metodológico do Estudo de Caso de natureza qualitativa combinado com a pesquisa-ação, desenvolvido pela autora no território por meio de ações do OT-BIG. Enquanto o capítulo 3 apresenta o panorama histórico da Economia Solidária e seus fundamentos históricos e organizacionais. A partir desta contextualização, foi possível traçar a história do movimento de Economia Solidária e relacionar seu desenvolvimento com a experiência ocorrida na Ilha Grande, dada implementação do Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária da Costa Verde/RJ e sua respectiva participação nas instâncias representativas.

. No capítulo 4 é apresentado a Lei Aldir Blanc e como esta importante ação emergencial para o setor cultural para os trabalhadores e também a potencialidade no desenvolvimento da Economia Solidária no CF Ecosol.

No capítulo 5 apresenta o gerenciamento participativo ocorrido na experiência do CF Ecosol, discute-se a participação social no território através das categorias analíticas da autogestão, da cooperação, e da solidariedade.

Encerrando este trabalho, no capítulo 6 são sintetizados os resultados, as reflexões, as perspectivas e as considerações finais, apresentando-se as potencialidades encontradas através da elaboração desta pesquisa.

1.2 Formulação do Problema

O contexto da problemática se insere a partir da mobilização de atores sociais, sobretudo dos trabalhadores do setor cultural, os quais se organizaram para a discussão e construção de um Projeto de Lei (PL) que mitigasse os impactos da pandemia para os trabalhadores da cultura. A Lei Aldir Blanc (LAB) foi o resultado da organização social do setor cultural em escala nacional.

Na pesquisa buscou-se responder o seguinte questionamento: “como se dá a organização social em torno da Economia Solidária, pela ótica da Gestão Social a partir da captação de recursos públicos para o Desenvolvimento do Território?”.

Para elucidar esta pergunta norteadora, analisou-se como o recurso da LAB, captado pelo PROFEC e executado a partir da parceria em rede com o Coletivo Educação Solidária, foi utilizado para a promoção do desenvolvimento de ações de cunho, ambiental, cultural, econômico e formativo, no âmbito da Economia Solidária na Ilha Grande/RJ. As ações do projeto da Ilha Grande do CF Ecosol⁶ teve ações repercutidas em toda a região da Costa Verde/RJ, sobretudo nos municípios de Paraty/RJ, Angra dos Reis/RJ, Mangaratiba/RJ e Itaguaí/RJ.

1.3 Objetivo Geral

Analisar e descrever como se manifestou os princípios da Economia Solidária sob a ótica da Gestão Social a partir de uma experiência do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária, realizado na Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ o qual recebeu recurso da lei emergencial do setor cultural, conhecida como Lei Aldir Blanc.

1.4 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, elencou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar como a Lei Aldir Blanc (LAB) pôde promover a organização do movimento de Economia Solidária no território da Ilha Grande/RJ;
- b) Analisar como se deu a organização social na Etapa Ilha Grande- Angra dos Reis/RJ;

⁶ O Circuito Fluminense de Economia Solidária e Popular do Rio de Janeiro – etapa Ilha Grande/RJ será apresentado no capítulo 5 da dissertação.

- c) Analisar como ocorreu a participação social no Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia – etapa Ilha Grande- Angra dos Reis/RJ.

1.5 Suposições

Supõe-se que políticas públicas transversais – como o caso da Lei Aldir Blanc - ao incluir no rol de seus incisos a Economia Solidária, é capaz de promover o desenvolvimento territorial sustentável, a partir da Gestão Social. Assim, a Economia Solidária se apresenta como uma potencialidade capaz de reunir e organizar diversos atores sociais, mesmo em meio a uma crise sanitária, amplificada pela égide de uma crise institucional, política, econômica e social.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela COVID-19 e do desmantelamento das políticas públicas pós-2016⁷ e todas as limitações impostas pela estrutura da “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1998), aponta-se a Economia Solidária como uma experiência que propõe uma alternativa territorial, protagonizada pela sociedade local, na participação do Desenvolvimento, junto com as esferas do Estado e Mercado.

1.6 Delimitações do Estudo

A pesquisa é delimitada espacialmente e temporalmente, conforme os critérios apontados por Gil (2002). Em relação ao critério temporal, a pesquisa se delimita entre os anos de 2021 e 2022, período de acompanhamento da aplicação e utilização dos recursos da Lei Aldir Blanc. Em termos espaciais a localidade foi a Ilha Grande/Angra dos Reis/RJ, definida pelos seguintes critérios:

- i) Por integrar os Territórios Rurais da Baía da Ilha Grande e ser um dos territórios estudados pelo Programa de Ensino, Pesquisa e extensão em Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PEPEDT/UFRRJ) e Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande (OT-BIG);
- ii) Por ter um projeto aprovado no CF Ecosol;
- iii) Por ser um território inserido na área declarada pela UNESCO como Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade em termos de preservação da cultura material, imaterial e dos ecossistemas;

⁷ O cenário político pós-impeachment foi permeado por uma agenda política de austeridade fiscal, com posterior ascensão de governo de extrema direita.

iv) Por ter sido um território altamente impactado direta ou indiretamente da Pandemia de Covid-19.

1.7 Justificativa

Justifica-se o trabalho diante do contexto pandêmico, que demanda ações públicas coletivas em territórios que necessitam ainda mais de investigações com a finalidade de prospectar as potencialidades sobre as novas ruralidades, territórios futuros a serem construídos a partir da luta daqueles que ocupam a terra no Brasil, sendo o rural não apenas um traço da agricultura, mas muito além dela. (FERREIRA, 2002).

A pesquisa busca destacar a importância acadêmica do estudo da economia territorial *vis-à-vis* ao papel social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) através do ensino, pesquisa e extensão nos municípios da Costa Verde/RJ.

1.8 A caracterização da Ilha Grande/Angra dos Reis

A Ilha Grande Mapa 2 está localizada no 3º distrito do município de Angra dos Reis/RJ, na mesorregião do Sul Fluminense, na região da Costa Verde que encontra-se na microrregião da Baía da Ilha Grande (CEPERJ, 2019), zona costeira do Estado do Rio de Janeiro, onde também se compreende como os Territórios Rurais da Baía de Ilha Grande – RJ (MDA, 2015).

Mapa 2 Localidades da Ilha Grande



Fonte: Plano de Desenvolvimento sustentável da Ilha Grande, 2008

O referido território está dentro de um arquipélago de 187 ilhas e ilhotas, sendo a 3ª maior ilha oceânica do Brasil. Apresenta uma área total de 193 km², com 31,8 km de comprimento e 14,5 km de largura, além de possuir 121 km de trilhas

Está a 130 km da cidade do Rio de Janeiro e 420 km da cidade de São Paulo (PLANO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ILHA GRANDE, 2008, p. 22). Suas coordenadas geográficas são 23°5' e 23°14' de latitude Sul e 44°5' e 44°23' de longitude Oeste. O território possui o clima tropical, quente e úmido, com temperatura entre 15° e 30°.

O Distrito de Abrãao/Ilha Grande tem uma população de 5021 habitantes (IBGE, 2010)⁸ e é considerada como a “porta de entrada, convivência de grupos diferentes, de atores sociais bastante díspares, com atributos e interesse diversos” (PRADO, 2003, p. 2), sendo a localidade mais populosa da Ilha Grande e conta com a infraestrutura dos meios de hospedagem. A Ilha Grande tem a sede administrativa e política localizada no município de Angra dos Reis/RJ.

Neste território destaca-se dois fenômenos que ocorreram concomitante nesta espacialidade: as unidades de conservação⁹ e o desenvolvimento da atividade turística, ambos são datados da década de 1970.

O então presidente Emílio Garrastazu Médici no Decreto nº 71.791 de 31 de agosto de 1973 estabeleceu que o Conselho Nacional de Turismo delimitaria as zonas prioritárias de interesses turístico, cabendo a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR celebrar os convênios com os municípios. Paralelamente ocorria uma das grandes obras de infraestrutura da região, a Rodovia Rio-Santos.

A abertura da BR-101 – rodovia Rio Santos na década de 1970, a instalação do terminal portuário da Petrobrás em São Sebastião e das usinas nucleares de Furnas Centrais Elétricas em Angra dos Reis, foram obras monumentais de um governo autoritário que provocaram grandes modificações sociais e econômicas na região, construídas sem nenhuma preocupação com os impactos paisagísticos, ambientais nem sociais que causaram. (ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIRUÇU, 2021).

Em termos de economia local, após a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes pelo governo Leonel Brizola e a partir de meados da década de 1990, o turismo começou a se

⁸ Em virtude de o último Censo ter sido realizado em 2010, os dados que são considerados seguros e confiáveis é do IBGE. Desta maneira, os dados populacionais são dos últimos 11 anos.

⁹ As unidades de conservação: i) Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, ii) Parque Estadual da Ilha Grande, iii) Reserva de Desenvolvimento Ambiental de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro e iv) Área de Proteção Ambiental do Tamoio.

impor como principal atividade econômica. Ramuz (1998) salienta que a implementação do turismo como principal atividade turística da Ilha Grande/RJ obedeceu a três ciclos, a saber, *i*) implementação do turismo, na década de 1970; *ii*) a dinamização do turismo, na década de 1980 e *iii*) a afirmação do turismo, na década de 1990.

A partir de 1995 começou a movimentação na Ilha Grande. Foi crescendo e com isso aí aquele sossego acabou, vieram muitos moradores, pousadas, mercados, turismo durante o ano todo. E aquele sossego que tinha como antigamente não tinha mais. Hoje a gente observa a degradação do meio ambiente, que é produtos químicos descendo pelo Rio, esgoto, depredação do meio ambiente. Muitas pessoas vêm para cá e levam plantas deste território frágil- uma variedade de plantas que somente na Ilha (SOLIDÁRIO 2).

Assim, o território da terceira maior Ilha oceânica do Brasil: a Ilha Grande/RJ, situada no Estado Fluminense se dá a partir de suas áreas protegidas, as unidades de conservação possuem algumas características que são bem marcantes, como mencionado pelo SOLIDÁRIO 2. Diante do crescimento da atividade turística num território que é protegido de diversas maneiras, conforme os Mapas 3, 4, 5 e 6.

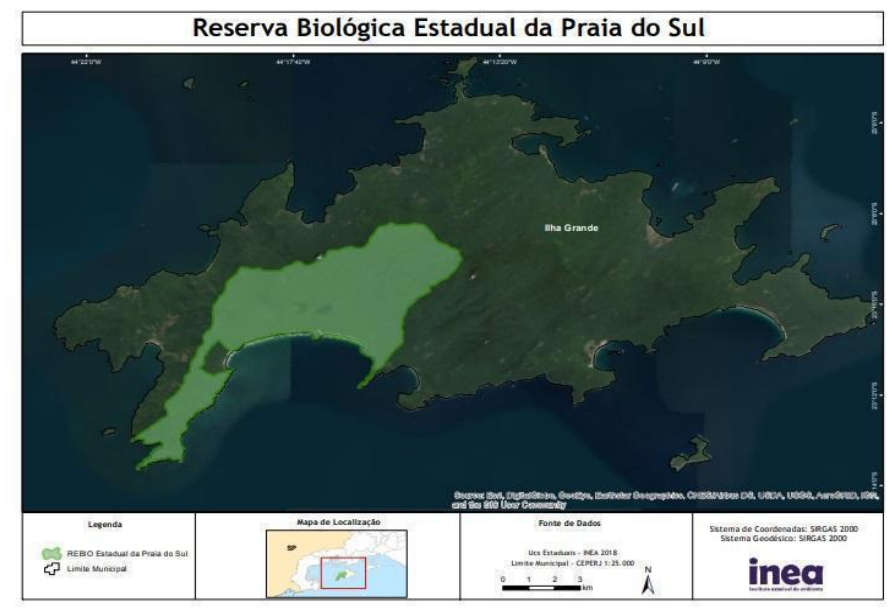
Mapa 3 Parque Estadual da Ilha Grande



Fonte: INEA, 2022

O Mapa 3 acima apresenta a cobertura parcial do Parque Estadual da Ilha Grande/RJ foi criado a partir do Decreto Estadual nº 15.273 em 1971. Houve a redução de $\frac{2}{3}$ da área protegida pelo Decreto Estadual nº 2.062 de 1978. Atualmente é regulamentado pelo Decreto Estadual nº40.602 de 2007 e apresenta 12.083,79 hectares (INEA, 2022).

Mapa 4 Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul



Fonte:INEA, 2022

Enquanto a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul é datado do de 1982 no decreto nº 4.972 ocorrendo uma redelimitação no ano de 2014 pela Lei Estadual nº 6.793. A área que preserva comunidade caiçara e uma vasta riqueza ambiental tem 3.309,63 hectares (INEA, 2022).

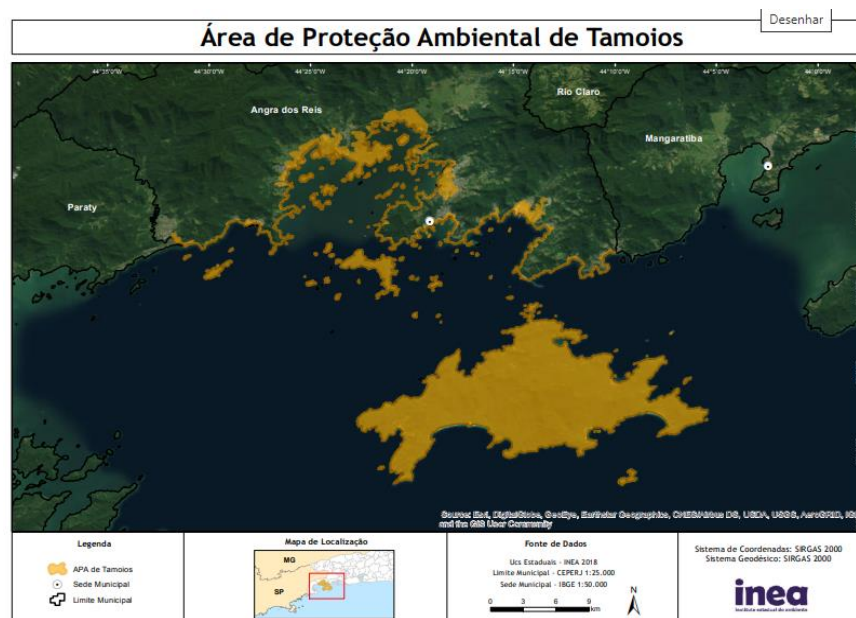
Mapa 5: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro



Fonte: INEA, 2022

Criada pela Lei nº 6.793 de 2014 e com objetivo de conciliar a cultura caiçara com ecossistemas locais a partir de práticas em bases sustentáveis desenvolvidas pela população tradicional da unidade. Tem como área 1.898,83 hectares.

Mapa 6 Área de Proteção Ambiental de Tamoios



Fonte: INEA, 2022

A Área de proteção de Tamoios foi criada a partir do Decreto Estadual nº 9.542 de 1986 com objetivo de proteger o ambiental natural, as paisagens e os sistemas geo-hidrológicos. Com área de 22.530,17 hectares.¹⁰

A Ilha Grande foi tombada em 1987 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC), em 1988 tornou-se Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, em 1991 recebeu o status de reconhecimento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e também foi reconhecida internacionalmente para conservação de aves, pela *BirdLife International* sendo considerada uma área prioritária para conservação (PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE, 2021).

Em 2019 recebeu o título pela UNESCO como sede do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade, caracterizada como sítio misto, devido às suas riquezas em termos de biodiversidade preservada e pela riqueza imaterial das distintas comunidades que vivem no território.

A estratégia que promovesse o desenvolvimento para a região o território teria que considerar a extrema heterogeneidade das comunidades caiçaras e tradicionais e ainda como horizonte que o padrão econômico e político estão ancorados no capitalismo; tendo ainda profundas incertezas ideológicas as organizações populares, não construindo forças anticapitalistas.

Ao analisar a organização social no CF Ecosol para a promoção do Desenvolvimento Territorial uma perspectiva evidente foi a formação de uma coalização entre forças políticas distintas, além de inovação na gestão pública, participação e controle social sobre os fundos públicos, transparência e mecanismos de governança, para assim pensar sobre uma real

¹⁰ Em 29 de maio de 2019, o presidente Jair Bolsonaro declarou a intenção de Angra dos Reis/RJ torna-se a Cancún brasileira; O reconhecimento da Unesco chegou dois meses após o anúncio do presidente da República. **Fonte:** <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/07/11/titulo-da-unesco-a-paraty-e-ilha-grande-pode-barrar-cancun-de-bolsonaro-no-rj>; Para tal intenção, de acordo com palavras do presidente da República: “*Nós podemos ser protagonistas de fazer com que a Baía de Angra seja uma nova Cancún. Temos um potencial enorme ali. Do que nós dependemos para começar a tirar esse sonho do papel? De uma caneta Bic, revogando um decreto, o decreto que demarcou a estação ecológica de Tamoio Passamos pelo meu prezado Dias Toffoli ali, decidir essa questão. Se eu posso revogar uma lei, por que não posso revogar um decreto? Bem, a sorte está lançada*” **Fonte:** <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/bolsonaro-reafirma-intencao-de-ter-uma-cancun-brasileira-e-provoca-reacoes.ghtml>. O artigo 225 da Constituição Federal, que trata do Meio Ambiente, diz que toda e qualquer alteração ambiental é somente por Lei. Tramita na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) a proposta de autoria da Deputada Estadual, Celia Jordão (Patriotas), a alteração da APA Tamoios. De acordo com inciso 2: “*Como condição de integração econômica e desenvolvimento do turismo sustentável da Região da Costa Verde, fica estabelecida a municipalização da administração da Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios, criada pelo Decreto nº 9.452, de 05 de dezembro de 1986*”. Ocorre-se no momento, outubro de 2021, uma discussão em torno da municipalização, no ensejo de destituir o decreto nº 9.452 de 05 de dezembro de 1986.

redemocratização (NAVARRO, 2001), a partir das áreas que são protegidas como também do ecossistema e das comunidades tradicionais.

Segundo Tenório (2007, p.17), o local é entendido como um espaço parte de um território que “requer o envolvimento de diversas dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais e físico-cultural, político – institucional e científico tecnológica” assim como a participação direta e a articulação entre os atores locais do território da Ilha Grande/RJ. Os potenciais mecanismos da economia solidária, sendo as categorias da Economia Solidária, como as organizações em *cooperativas* e associações, em função das condições precárias do trabalho, além da pobreza e desemprego.

contribuem para o Desenvolvimento Local, o qual requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológico (SACHS, 2008) e ao implicar em diferentes aspectos de inter-relacionamento ativo dos diversos atores da sociedade (CANÇADO et al, 2013).

Por sua vez, Ignacy Sachs (2008) considera que a sustentabilidade possui oito dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental territorial, econômica, política nacional e internacional e tecnológica. Tem-se que o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável contribuiu para o constructo do desenvolvimento local. “O conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável é sinérgico à Gestão Social, à coesão territorial, à governança participativa e à estruturação em redes” (CANÇADO et al, 2013).

Diante da ampliação do conceito de Desenvolvimento em si, pode-se traduzi-lo como desenvolvimento multidimensional e o mesmo deve ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável (SACHS, 1986, 2007).

Neste sentido a abordagem da pesquisa se deu a partir da compreensão analítica dos fenômenos sociais, os quais foram concebidos como elementos constituídos de práticas inovativas para o desenvolvimento local, a partir da participação dos atores locais desde a implantação, operacionalização e funcionamento da organização social.

2. METODOLOGIA

2.1. Do tipo de pesquisa e Estudo de Caso.

Por se tratar de um Estudo de Caso (EC), Yin (2004, p.24) evidencia três **condições** para realizá-lo, sendo elas: a) o tipo de questão de pesquisa proposto “como” e “por que” são

condições para atender o EC, uma vez que a essência objetiva um estudo em profundidade e com múltiplas fontes de evidências, b) na extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais efetivos, ou seja, o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimento e c) no grau de enfoque em acontecimentos históricos em oposição a acontecimentos contemporâneos, as duas primeiras condições foram atendidas na pesquisa.

A condição “c”, devido ao pouco tempo de implementação, não será possível verificar o grau de enfoque em acontecimentos históricos em oposição a acontecimentos contemporâneos no território. Dessa forma, as vantagens e desafios próprios do estudo de caso se tornam mais evidentes.

A escolha do estudo, ou da unidade de análise de caso, é a experiência ocorrida em termos de organização social de Economia Solidária desenhada e incentivada pela LAB onde demonstra-se como potencial estratégia de Desenvolvimento Local, diante deste contexto e da organização das redes da sociedade civil através do CF Ecosol - Ilha Grande/RJ em torno do desenvolvimento da Economia Solidária no território justifica a investigação no território da Ilha Grande/RJ.

O Estudo de Caso se dá sobretudo pela flexibilidade de planejamento, a visualização do todo e das particularidades de aplicação dos **procedimentos** (análise de documental, observação, questionário estruturadas), sendo uma vantagem e um desafio, no sentido da capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências e protocolar as mesmas. Há também a dificuldade na **generalização**, devido às particularidades e especificidades de estudo.

Para Gil (2002), a pesquisa exploratória visa “(...) aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Para Vergara (2003) a pesquisa exploratória é classificada como “(...) realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

Dessa forma, neste estudo exploratório, descritivo e analítico sobre a experiência em Economia Solidária pela ótica da Gestão Social para Desenvolvimento Territorial Sustentável será analisado a partir do CF Ecosol - Ilha Grande/RJ

O universo da amostra pode ser entendido como aquele que delimitar-se-á ao espaço amostral da pesquisa, não necessariamente ao número de habitantes de um local, mas “(...) de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objeto de estudo (...) amostra perto do universo escolhido segundo algum grau de representatividade”. (VERGARA, 2003, p.51).

A pesquisa faz uso de amostras não probabilísticas, então, ela será delimitada por acessibilidade e por tipicidade. Desta delimitação, selecionou-se os sujeitos do CF Ecosol - Ilha Grande que participaram das atividades da qual coletou-se dados.

2.2. Coleta e análise de dados.

Em relação a análise de dados, há uma busca para compreensão em profundidade dos referenciais teóricos e práticos, tendo em vista a natureza do estudo de caso e da abordagem qualitativa, ou seja, a própria metodologia percorre no sentido de construção de uma interpretação do fenômeno a partir da coleta dos dados e análise dos dados.

Adotou-se a triangulação dos dados, que segundo Yin (2004) pode reunir seis instrumentos: i) documentos; ii) registros; iii) observação direta; iv) entrevistas; v) observação participante; e vi) artefatos físicos.

A pesquisa fará a triangulação dos dados a partir de:

A) Pesquisa documental: procedimento de análise, sobretudo no que tange a legislação referente a Lei Aldir Blanc, uma vez que a fundamentação se sobrepôs por decretos e leis federais e estaduais; há ainda a investigação da documentação no que tange ao portfólio do Coletivo Educação Solidária na ações do CF Ecosol - Ilha Grande/RJ;

B) Observação Direta e Participante: De acordo com Yin (2004) há a necessidade de visitar o local para realizar o método de observação direta. Na pesquisa foram realizadas três visitas de campo. A primeira ocorreu em março de 2021, a segunda em março de 2022 e a terceira em maio de 2022. Também foi realizada a observação participante, na qual esta autora colaborou nas atividades referentes a mobilização social local e junto a universidade. Desta maneira, estabeleceu-se redes através das seguintes atividades de extensão: Bate-papo com o Colegiado BIG, Reunião da OT-BIG, Roda de Conversa, Participação do Coletivo Educação Solidária no VI Fórum do PPGDT, Curso de Extensão, entre outros (Quadro 1).

C) Entrevistas: As entrevistas foram realizadas em períodos diferentes, sendo ocorrida através do Bate-papo do Colegiado (1), das atividades dos Observatório Territorial da BIG (3), e entrevista (3) via formulário *Google Forms* com o objetivo de analisar a percepção do CF Ecosol - Ilha Grande/RJ (Anexo 1).

A pesquisa documental se dá sobretudo quanto à efetividade da aplicação da política pública no setor cultural, visando a mitigação dos impactos decorrentes do isolamento social e da crise econômica aos trabalhadores da cultura. Aliada à análise do texto de lei, a pesquisadora

acompanhou e participou das discussões sobre a LAB promovidas pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro - SECEC/RJ.

Também foi realizada uma análise pautada no levantamento de literatura acerca da discussão em torno da Lei Aldir Blanc e seus impactos no setor cultural no estado do Rio de Janeiro e em outros Estados da federação, porém foram referenciados nesta pesquisa apenas os trabalhos realizados no estado do Rio de Janeiro.

Quadro 1 Observação participante

Extensão Universitária Oficina OT-BIG	Analisar como a Lei Aldir Blanc (LAB) pôde promover a organização do movimento de Economia Solidária no território da Ilha Grande/RJ;	Analisar como se deu a organização social na Etapa Ilha Grande-Angra dos Reis/RJ	Analisar como ocorreu a participação social no Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia – etapa Ilha Grande- Angra dos Reis/RJ.
Bate-papo :A construção do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande e pactuações		Através das ações extensionistas do PEPEDT a liderança Alexandra Campos foi entrevistada.	
Bate-papo: Solidariedade nas bacias hidrográficas do território da Baía da Ilha Grande/RJ		Através das ações extensionistas do PEPEDT as lideranças Alexandra Campos, Érica Mota e Mara Cunha foram entrevistadas para análise dos observadores do OT-BIG: Baía da Ilha Grande.	
Reunião OT-BIG: Bacia Hidrográfica de Bracuí – problematização e análise crítica		Apresentação da cartografia física contendo as bacias hidrográficas. Discussão Colegiado e observadores	

Extensão universitária: Rede de IES			
Roda de Conversa: O universo da Economia Solidária – Baixada Litorânea (PEPEDT/UFRRJ)	Compreensão prática de outras experiências do circuito fluminense de economia solidária do rio de Janeiro- aplicação dos recurso da lei Aldir Blanc		
Mesa IV Fórum do PPGDT (PEPEDT/UFRRJ/CA PES)		Articulação pesquisadora – liderança comunitária: formação de laços institucionais: Pepedt/Colegiado BIG/OT-BIG	
Cursos de Extensão em Gestão e Economia Solidária na Cáritas Arquidiocesana e PEGS	Base bibliográfica sobre os valores da Economia Solidária e a gerência participativa.	Base bibliográfica sobre os valores da Economia Solidária e a gerência participativa	Base bibliográfica sobre os valores da Economia Solidária e a gerência participativa

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

O Estudo de Caso, além de ser uma base para as pesquisas qualitativas, intrinsecamente necessita de múltiplas fontes de evidência, buscando robustez na pesquisa. Maffezzolli e Boehs (2008) cita diversos autores para os quais há inúmeras possibilidades de triangulação utilizadas, sendo elas: 1) triangulação dos dados, 2) triangulação de investigadores; 3) triangulação teórica, 4) triangulação metodológica. Dessa forma, temos a seguinte triangulação dos dados:

Quadro 2: Coleta de dados

Fontes de evidência	O quê?	Objetivos intermediários
----------------------------	---------------	---------------------------------

Análise Documental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lei Aldir Blanc 2. Portfólio Coletivo Educação Solidária; 3. Regimento do Comitê 	<p>Analisar como a Lei Aldir Blanc (LAB) pôde promover a organização do movimento de Economia Solidária no território da Ilha Grande/RJ;</p>
Observação direta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhamento através do Observatório Territorial Rural da BIG; 2. Acompanhamento das reuniões do Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária da Costa Verde/RJ; 	<p>Analisar como se deu a organização social na Etapa Ilha Grande- Angra dos Reis/RJ.</p>
Questionários estruturados	<p>Q para os sujeitos selecionados do Circuito Fluminense Cultura Popular e Economia Solidária da Ilha Grande/RJ</p>	<p>Analisar como ocorreu a participação social no Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia – etapa Ilha Grande- Angra dos Reis/RJ.</p>

Fonte: elaborado pela autora

3. PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.

3.1. As origens históricas da economia solidária.

A Economia Solidária é percebida como um tipo de fenômeno social e há diversas possibilidades de compreensão do conceito. Numa primeira aproximação, pode ser analisada como um modo histórico de organização (SINGER, 2001), a partir de diferentes experiências sociais, sejam elas oriundas das áreas urbanas ou das áreas rurais.

Dessa forma, quando se compreende que os sistemas econômicos são plurais, as contribuições de Karl Polany (2000) tornam-se úteis à Economia Solidária, pois na sua obra, “*A Grande Transformação: As origens da Nossa Época*”, o autor desencadeia uma série de argumentos antropológicos e etnográficos, a respeito da utopia da Instituição do Mercado Autorregulado. Para tanto, o autor evidenciou que nem o processo de produção e de distribuição estão ligados aos interesses econômicos específicos e a posse de bens dos indivíduos, pelo contrário, as motivações econômicas se originam no contexto da vida social (POLANY, 2000).

Para França Filho (2002), a indagação a respeito da Economia Solidária em comparação com outras formas de economia, como a Economia Social ou a Economia do Terceiro Setor, se dá a partir da referência de um espaço de vida e trabalho intermediário, entre as esferas do Estado e do Mercado. O autor evidencia neste sentido que a Economia Solidária é também um “espaço econômico de geração de emprego e renda”. (FRANÇA FILHO, 2002, p.19).

Complementar a essas primeiras definições, tem-se ainda o que Gadotti (2009) e ressalta em relação a adoção do conceito de Economia Solidária:

A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou de animais). (GADOTTI, 2009, p. 25).

Coadunando com a definição de Gadotti, Gutberlet (2009) reafirma que a Economia Solidária não se resume a um objeto ou produto e se situa diante de objetivos sociais, culturais, políticos e econômicos, que, por sua vez, irão se diferenciar dada as heterogeneidades e necessidades de cada grupo, ou situações de pobreza e desemprego:

No Brasil como em outros lugares, novas formas de produção, distribuição, finanças e consumo vão emergindo de um cenário de pobreza, desemprego e empresas informais; essas formas podem ser resumidas como economia social ou solidária. Práticas econômicas baseadas na solidariedade, cooperação e reciprocidade estão

ganhando força como meio de superar a pobreza e exclusão. Eles diferem da práxis generalizada do capitalismo orientado para o mercado. A lógica da acumulação de capital é o objetivo primordial na definição das relações de trabalho e dos resultados do produto. As mulheres desempenham um papel primordial como agentes nesta abordagem de desenvolvimento, que é iniciado por baixo (GUTBERLET, 2009, p. 738).

O contexto brasileiro da Economia Solidária, com destaque às definições de cooperação, autogestão, solidariedade e redes, será utilizado para analisar o CF Ecosol na Ilha Grande, a partir da utilização dos recursos da LAB. Essas definições generalizantes são apontadas neste trabalho como categorias de análise, identificadas a partir de referências encontradas na revisão bibliográfica sobre Economia Solidária.

Dessa forma, a definição de Economia Solidária pode ser “considerada como um movimento, no sentido de englobar diversas iniciativas que se reconhecem sob essa nomenclatura” (CANÇADO, 2016, p. 2.). A análise realizada nesta pesquisa, considera que as ações do Coletivo Educação Solidária em torno do tecido social, são tidas como dinâmicas de organização social salientados por Cançado (2016), na qual os atores sociais ao tomarem consciência crítica do seu papel desenvolvem ações públicas em seu território.

Antes de prosseguirmos com o contexto do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, é válido ressaltar que essas movimentações sociais salientadas por Cançado (2016) têm referência nas origens dos movimentos associativista e cooperativista da primeira metade do século XIX na Europa.

O movimento na Europa pode ser traduzido como aquele capaz de organizar os trabalhadores que viviam em condições insalubres de trabalho, a partir de uma dinâmica de resistência popular, movida pelo ideário da ajuda mútua (FRANÇA FILHO, 2012). A Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação aos espantosos empobrecimentos dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. (SINGER, 2002, p.24).

Na Europa é constituída de experiências associativistas, cooperadas e autogestionárias. Foram as associações na Europa que conceberam a ideia de uma proteção social, ou seja, o embrião, em termos de ideia da concepção moderna de solidariedade via a função redistributiva do Estado, conforme exprime o sistema previdenciário. (FRANÇA FILHO, 2012, p. 19).

Para analisar o contexto brasileiro é importante destacar alguns pontos a respeito do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 90, sendo o reflexo de um período de políticas austeras e de Estado Mínimo, assim como em alguns outros países da América Latina. Esse período ficou conhecido como Consenso de Washington. Os países latino-americanos vinham

de um cenário de expansão de suas economias até a década de 80. O Brasil, por exemplo, na mesma década que ficou conhecida como “a década perdida”, também apresentou um exitoso crescimento do PIB, a partir das diretrizes propostas pelo Consenso de Washington.

Dentre algumas diretrizes podemos citar: 1) disciplina fiscal, 2) reforma tributária, 3) regime cambial, 4) liberalização comercial, 5) privatizações etc. Os objetivos básicos das propostas do Consenso de Washington eram por uma lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação. Em síntese, podemos colocar em questão que o princípio era da soberania do mercado autorregulável (GENNARI, 2011).

No período anterior à década de 80, entre 1930 a 1980, apresentou uma intensa urbanização e industrialização, que se deu sobretudo a partir do modelo de substituição de importação (MSI). Esse momento foi de extrema importância para o fortalecimento da economia brasileira. Há, contudo, uma série de críticas a partir da adoção deste modelo, devido ao mesmo gerar concentração de renda. Essa questão impacta diretamente na mudança de uma economia agrária-exportadora, para uma economia em transformação, de bases industriais.

No entanto, como advertido por autores do estruturalismo latino-americano, esse modelo adotado esgota-se devido às suas limitações, assim não assegura o pleno emprego na economia. Dessa forma, neste período da década de 1980 o pico da População Economicamente Ativa atingiu 55,6%, enquanto que no mesmo ano, o desemprego somado ao setor informal e de subsistência, correspondia a 43,4% da PEA.

É a partir dessa massa que corresponde aos 43,4% daqueles que estão à margem do sistema capitalista de produção, distribuição e consumo, que a Economia Solidária se debruça. Ou seja, a Economia Solidária é aquela capaz de absorver uma quantidade significativa de pessoas que estão desalentadas, por conta de um sistema que se esgota em sua estrutura tecnológica. Assim, autores enxergam o desemprego estrutural a partir da Revolução Industrial, a partir de suas reflexões, considera-se esta fase de desenvolvimento do capitalismo, como responsável por gerar uma massa de trabalhadores excluídos do processo econômico de produção.

Em termos de organização produtiva, a Economia Solidária é uma forma de enxergar o trabalho como sujeito e não como objeto (mercadoria), além de ser “(...) uma base estruturante das organizações” (BENINI, 2011, p.74).

Haja vista que o desenvolvimento tecnológico é um caminho para o aumento da produtividade, talvez seria inescapável a busca por um caminho de desenvolvimento que não percorra junto ao avanço tecnológico. Sobretudo, alerta-se, conforme Dagnino (2014), uma

crítica ao papel das Tecnologias Convencionais, como força dinâmica de um modelo econômico excludente, que deixa à margem um quantitativo significativo da população.

As características da TC são determinadas pelos mercados de alta renda dos países avançados. O novo conhecimento produzido nesses países, responsáveis por mais de 95% do que se gasta em pesquisa no mundo, está sempre plasmado, materializado, nas tecnologias que satisfazem o consumo de alta renda. A tecnologia que satisfaz as demandas das classes ricas, dos países ricos é mais moderna – a hitec. (Dagnino, 2014, p. 23)

Conforme Dagnino (2014) a discussão em torno das tecnologias é sistematizada em tecnologia convencional (TC) e tecnologia social (TS). A primeira pode ser identificada como aquela utilizada pela empresa privada, que limita a capacidade da inclusão do outro. Dagnino ao criticar o papel da TC salienta que as questões norteadoras em termos de crescimento econômico equilibrado, dependerão de expectativas futuras dos “empresários” e de gastos do governo, a fim de estimular a demanda e estabilizar a economia, como preconizado por Keynes. Já a TS, segundo Dagnino, busca sobretudo a concepção de tecnologia para inclusão social. Desta forma, a Economia Solidária também preconiza em sua dimensão a face da inovação e o papel da tecnologia.

Em contraponto à TC, a TS, pode ser uma alternativa à realidade brasileira, sobretudo ao considerarmos questões políticas e o contexto de crises econômicas. Para Amartya Sen o estabelecimento de um sistema democrático é um componente essencial do processo de desenvolvimento, dado que “i) a sua importância intrínseca; ii) as contribuições instrumentais iii) o papel construtivo na criação de valores e normas” (SEN, 2007, p. 185). Assim, a TS está do outro lado do espectro em relação ao modelo de desenvolvimento econômico e enseja “a inclusão social, a melhoria das condições de vida para a transformação social” (RUTKWOSKI, 2005, p. 191).

Diante dessa questão, refletir sobre o papel da tecnologia e dos investimentos, sobretudo de ordem pública, é um dos desafios a serem buscados em relação ao modelo de desenvolvimento, principalmente em contextos de crise, diante de uma mudança estrutural do mercado de trabalho no que tange aos territórios e em questões dos valores democráticos, perpassando pelo reconhecimento do papel do Estado enquanto empreendedor.

O Estado está por trás da maioria das revoluções tecnológicas e longos períodos de crescimento. É por isso que um “Estado empreendedor” é necessário para assumir o risco e a criação de uma nova visão, em vez de apenas corrigir as falhas do mercado (MAZZUCATO, 2014, p. 40).

Há a necessidade de promover uma reação da sociedade civil e do papel do Estado enquanto agente investidor, que realiza as políticas públicas e em contraponto a instituição Mercado. A Economia Solidária – a qual é percebida como mais uma forma de organização da sociedade, tem a capacidade de contribuir com a geração de novos modos de regulação da mesma (FILHO, 2002), sendo uma alternativa à fome, ao desemprego e às extremas desigualdades que se apresentam no contexto mundial, ainda mais agravadas pela Pandemia de Covid-19.

Assim, o reforço de Políticas Públicas, capazes de desenvolver o território a partir daqueles que ocupam a Terra, é um dos caminhos a serem adotados num Estado que preconize políticas de inclusão e geração de renda. Neste sentido, a responsabilidade do desenvolvimento da Economia Solidária, também perpassa por outros atores sociais, além da sociedade civil organizada.

Em vista do exposto acima, enfatiza-se a importância e a tônica do diálogo na construção coletiva.

A Economia Solidária é, portanto, um movimento de reação contemporânea, que vem tomando forma, construindo sua identidade e ganhando expressão e visibilidade no Brasil a partir da década de 80, onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os atores sociais, que estão em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo (GOERCK; FRAGA, 2010, p.2).

A Economia Solidária enquanto agenda de Política Pública, percorreu um longo processo de discussão, perpassando pela a construção da Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, 14 Empreendimentos de Economia Solidária, do Cáritas Arquidiocesana e as pastorais, das Organizações de Finanças Solidárias, do Movimento Sindical/CUT, entre outros (CUNHA, 2012, p. 73 apud Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005).

No final da década de 90, a Economia Solidária torna-se um possível campo de atuação estatal, em resposta à crise de desemprego. Índícios que se materializam no ano de 2003, quando ela passa a integrar a agenda governamental do Poder Executivo Federal no Brasil, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (MACIEL et al, 2020, p.91).

Enquanto construção de instrumentos de política pública nacional, a discussão em torno da Economia Solidária atualmente se encontra paralisada na esfera legislativa:

No nível legislativo, evidencia-se que, em dezembro de 2019, foi aprovado pelo Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 137/2017 (anterior Projeto de Lei nº

4685/2012), o qual dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária – com apresentação da Emenda/Substitutivo do Senado nº. 6606/2019, pelo Órgão do Poder Legislativo Senado Federal (MACIEL et al, 2020, p. 91).

Evidencia-se na citação acima, a crítica ao marco regulatório da Economia Solidária nos pontos debatidos pelo Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária, durante a preparação para a realização da 6ª Plenária Estadual e motivado pelo Documento Orientador do FBES. As (2022) questões relativas ao PL 6606/2019 têm sido bastante criticadas por parte do movimento organizado de Economia Solidária. As críticas alertam para a restrição de pequenos grupos, como também a possível limitação de atuação do FBES (FBES, 2022).

No Brasil, o termo Economia Solidária aparece pela primeira vez em 1993 através da publicação de um artigo intitulado “Economia de Solidariedade e Organização Popular” do chileno Luis Miguel Razeto no livro organizado por Moacir Gadotti “Educação Comunitária e Economia Popular” (FBES, 2022).

Ensaçadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs, da Igreja Católica progressista) e pelos Projetos Alternativos Comunitários (os PACs, da Cáritas) já nos anos 1970, ambas iniciativas provocadas pela Teologia da Libertação, assim como agitadas pelas mobilizações populares dos anos 1980 e 1990 surgiram, no Brasil, as iniciativas de Economia Solidária e Autogestão. (FBES, 2022, p. 4).

A busca por um conceito que viesse a compreender as atividades de Economia Solidária, que estavam surgindo na década de 1980 e início de 1990, indicavam a tentativa de entender a lógica de iniciativas econômicas advindas da organização autogestionária, a partir do associativismo e cooperativismo. Assim, ocorre um processo de institucionalização da Economia Solidária a partir dos anos 2000 em território brasileiro.

3.2. Da institucionalização da Economia Solidária (2000 - 2012).

É interessante observar como se dá a organização de um movimento social, a primeira potência, a essência que une as pessoas. As pessoas num grupo estão compartilhando algum traço da vida em comum com outras pessoas e por isso formam um coletivo e é neste espaço que o diálogo ocorre, as discussões, a tomada de decisão coletiva. Sendo estes elementos essenciais para o entendimento da Gestão Social. Ao decorrer dos próximos parágrafos, buscase traçar alguns momentos e ressaltar grupos que foram importantes para a consolidação e desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. Espera-se assim, delinear um pouco da história da luta do movimento de Economia Solidária.

Esta linha do tempo poderia ser descrita a partir das experiências em finanças solidárias; na educação popular; nas formulações de políticas públicas; no associativismo; no movimento cooperativista popular; ou ainda, a partir das incubadoras universitárias, entre outros, porém, nesta pesquisa, escolheu-se por apresentar o contexto temporal relativo aos primeiros passos da institucionalização da Economia Solidária no Brasil, a partir da organização social.

O movimento de Economia Solidária contempla diversos tipos de arranjos. É importante ressaltar que este ambiente coletivo foi permeado pelos preceitos do socialismo utópico do século XIX e também pelas teorias de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local (MELO, 2014, p.12).

Diante da temática sendo bastante praticada no país e sendo debatida já em alguns grupos sociais mais estruturados e com certo grau de institucionalidade, como o trabalho desenvolvido pela Cáritas Arquidiocesana que apoia ações de caráter associativo e cooperativo de diversos grupos populares, tal como: a iniciativa dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), apoiada diretamente pela instituição. Esta iniciativa é ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que na década de 1980, tinha bastante influência da Teologia da Libertação, filosofia que permeia o ambiente eclesástico nos anos de ditadura militar no Brasil. Assim, há também a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Sociais (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.13) que foram importantes para ajudar na articulação e organização de movimentos sociais.

Em 2001 acontece um importante encontro na cidade de Porto de Alegre/RS, o 1º Fórum Social Mundial (FSM), que se apresenta como contraponto ao Fórum Econômico Mundial – Encontro de líderes mundiais que detêm poder e capital, sendo ainda um espaço de tomada de decisão - O FSM reuniu aproximadamente 15.000 pessoas, e numa Oficina de Economia Solidária, denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão, realizada no fórum, se reuniram 1.500 pessoas.

Após esta oficina, foi articulado um GT que comportava diversas entidades, entre 12 principais que deram início as etapas de formalização do movimento social de Economia Solidária: tal como Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACs), Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG), Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), Cáritas Brasileira, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs), Agência de

Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED) (FBES, 2021).

Após esse primeiro grande encontro em torno da temática da Economia Solidária, houve alguns momentos importantes ao longo dos primeiros anos. Em 2002, houve a realização da 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária, que levou a elaboração de uma carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política e Desenvolvimento”, onde se reivindicava a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. A carta visava abrir um futuro diálogo da Rede de Gestores Públicos, dos Empreendimentos Solidários e das Entidades de Apoio e Fomento, assim como militantes, estudantes e pesquisadores, que exprimiam o pensamento coletivo de abertura de diálogo com o futuro Governo, o qual se apresentava como progressista. Este seria o ano das eleições que precedem o governo do presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010), na qual foram realizadas 5 plenárias de Economia Solidária em etapas estaduais (FBES, 2021 e 2022).

Em 2003 houve a realização de mais duas Plenárias Nacionais. A 2ª Plenária, que reuniu cerca de 800 pessoas e a 3ª Plenária com 900 pessoas, que contou com um processo de participação de mobilização em 17 estados. Desta forma, foi consolidado o nome do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) de forma definitiva, além da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Este evento também desencadeou a criação de fóruns estaduais e regionais.

O movimento de Economia Solidária enfrentou o desafio de estabelecer um modelo alternativo de desenvolvimento, passando a gerir questões sobre abastecimento, comercialização, moeda social, realizar feiras, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, construir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, marco legal, sobretudo sobre a lei geral do Cooperativismo (FBES, 2022). A Economia Solidária passa a ser referência como:

Formas diversas de agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos (LISBOA, 2005, p.16).

A SENAES foi responsável por aumentar a dimensão de políticas públicas em escala nacional e, por meio da atuação em conjunto com o Conselho Nacional de Economia Solidária, realizou o mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária, que segundo dados

levantados até 2013, abrangia a quantidade de 19.708 empreendimento, em suas mais diversas formas de organização.

A SENAES (...) vinculada ao extinto Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), as ações de apoio à Economia Solidária ganharam maior institucionalização com o desenho de políticas especialmente voltadas ao apoio de bancos e fundos comunitários, incubadoras de cooperativas populares, processo de capacitação e de desenvolvimento local e ações de comercialização, entre outros (MACIEL et al, 2020, p.90)

Ainda em 2003, durante a realização do III Fórum Social Mundial o movimento de Economia Solidária no Brasil se articulou com demais outros, integrando assim a Rede Intercontinental para a promoção de Economia Solidária (RIPPEs) (FBES, 2022).

Em 2006, é realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Economia Solidária, onde há a discussão em termos de participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e a proposta de uma Política Pública de Economia Solidária.

A 4ª Plenária de Economia Solidária, realizada em 2008, levou à articulação da organicidade do FBES. Contou com a representação nacional de 16 entidades, contando ainda com a Coordenação Nacional e a representação de 3 Fóruns Estaduais, sendo 2 trabalhadoras/es de Empreendimentos de Economia Solidária e 1 advindo de entidade de apoio e fomento ou da Rede de Gestores Públicos.

Em 2011, a partir da re-organização do movimento, as entidades nacionais são as seguintes: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs) e Rede Unitrabalho. (FBES, 2022).

Quando da realização da 5ª Plenária, no ano de 2012 em Luziânia-GO, foram realizadas mais de 200 plenárias preparatórias onde envolveu mais de 10.000 integrantes da Economia Solidária e teve a participação de cerca de 600 trabalhadores em diversas etapas locais e estaduais (FBES,2022). Nesta plenária foi debatida a Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial, sustentável, diverso e solidário na busca pela emancipação dos trabalhadores.

Desde então, não foi realizada mais nenhuma outra plenária a nível nacional. O documento da 5ª Plenária Nacional é aquele que vai orientar as diretrizes do movimento, que passa então a ser mobilizado pelos fóruns estaduais e municipais de forma descentralizada, mesmo que estes componham um fórum nacional. Desde 2018, o Fórum Brasileiro de

Economia Solidária, em conjunto com a Coordenação Executiva de Economia Solidária, vem preparando a realização de uma 6ª Plenária. Esta deveria ser realizada até o ano de 2016, porém, avalia-se que ela não ocorreu devido a uma série de fatores, entre os quais: a extinção da SENAES; o desmantelamento de políticas públicas pós-2016; o recrudescimento do estado democrático; e a desarticulação dos movimentos sociais.

Outro fator que impactou na realização da 6ª Plenária Nacional de Economia Solidária, foi, se diante do contexto pandêmico, os movimentos sociais, as organizações e grupos da Economia Solidária, como os empreendimentos, as associações e cooperativas se teriam recurso disponível para o deslocamento e garantia de participação na plenária de forma presencial. Esta questão foi amplamente discutida durante a pandemia, através de lives e oficinas virtuais, que reuniram representações da Economia Solidária de todo o Brasil, da qual esta pesquisadora participou como observadora.

Em 2022, se iniciou um esforço, através da realização de plenárias preparatórias regionais e estaduais, para a realização da 6ª Plenária Nacional de Economia Solidária. Estas plenárias preparatórias ocorreram em alguns lugares de forma online e em outros presenciais, como no caso da Costa Verde. O Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária da Costa Verde, realizou etapas preparatórias para eleição de delegados representando os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty, na participação na Plenária Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro, através de duas oficinas do OT-BIG, com duração de 4h cada, totalizando 8h de debate com os atores que promovem a Economia Solidária nos territórios da BIG. Esta pesquisadora atuou na preparação, organização e realização destas oficinas.

A autora do trabalho e membro do PEPEDT/UFRRJ conduziu a pesquisa de campo a partir do viés de atuação na extensão universitária, contando para isto, com todo um contexto formativo e de posterior atuação na organização e como ministrante dos cursos promovidos pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ), através do Programa de Estudos e Gestão Social (PEGS/FGV). Isto possibilitou que a condução da pesquisa não fosse somente um trabalho realizado a partir da observação, caracterizando as atividades desenvolvidas como um processo de pesquisa-ação, através da atuação desta pesquisadora na organização de atividades de pesquisa, ensino e extensão ligadas às ações do CF Ecosol- Ilha Grande/RJ.

4. A LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.1. A Lei Aldir Blanc na organização da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro.

A pandemia da COVID-19 foi reconhecida pelo estado de calamidade pública através do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Diante da crise econômica, política e social desde 2015 (BARRETO et al, 2020), a crise sanitária expôs e acentuou as desigualdades presentes no território brasileiro. No que tange aos programas e das ações culturais, o país passa por um momento de contínuo desmonte (CALABRE, 2020).

Lima et al (2021) demonstra que: i) a dimensão federativa e ii) a necessidade de integração entre as áreas de políticas públicas e da articulação entre governos são dois argumentos que norteiam a reflexão dos autores sobre a crise do Estado federativo brasileiro nos desafios da condução da pandemia.

No setor cultural, a Lei Aldir Blanc se desenhou a partir da mobilização da sociedade de gestores culturais e parlamentares que veio de três projetos de lei (PL) na Câmara Federal: 1) o PL 1089/2020, 2) PL 1075/2020 e o3) PL 837/2020. Todas essas iniciativas, além de mostrar uma diversidade, abrangência e complexidade, conforme aponta Calabre (2020), foram reunidas no PL 1075/2020 – Lei Aldir Blanc – de iniciativa de Benedita da Silva (PT- RJ) e com a relatoria de Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

No que tange às políticas públicas do setor cultural a Lei 14.017/2020 conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB), em homenagem ao letrista, compositor e cronista brasileiro – vítima da COVID-19- A LAB dispôs sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Desta maneira, a 14.017 (BRASIL,2020) atribuiu aos entes federados por conta da independência e autonomia, 50% para Estados e Distrito Federal , no total de 1,5 bilhão de reais, e 50% para municípios.

I - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III - **editais, chamadas públicas**, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e **de economia solidária**, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais. (LEI ALDIR BLANC, 2020).

Turino (2021) tece comentários valiosos acerca da LAB, sobretudo no que diz respeito ao mundo do trabalho de artesãos, fazedores de cultura, equipe técnica, como também aqueles que estão na Economia Solidária. O autor ao definir a lei a lembra que a homenagem ao grande poeta brasileiro não é à toa e assim:

Uma lei para artistas e também para técnicos, para os que sobem aos palcos e para aqueles dão sustentação ao palco. Uma lei para as bordadeiras e ceramistas, e as cantoras de todos os cantos, e os pintores de todas as cores, das nossas raízes às nossas invenções, das artes de rua, dos malabaristas e equilibristas, o povo do circo, das cirandas, das rodas, da folia de reis à cultura gospel, do rap ao repente, e o cururu, dos povos indígenas aos jovens artistas de teatro, da dança, dos festivos, dos quilombos, dos ribeirinhos e caiçaras. Essa lei foi pensada para chegar a todas as pessoas e lugares. (TURINO, 2021, p. 184).

A LAB também foi responsável em desenvolver e retomar o desenvolvimento do sistema nacional de cultura. Apesar do **CPF** da cultura, ou seja, as municipalidades que tinham **Conselho, Plano e Fundo** demonstram melhor recepção na reivindicação dos recursos, “assim a descentralização do recurso, de modo geral, comportou-se melhor nos municípios que tinham instituições ligadas aos Sistemas Municipais Culturais” (SEMENSATO, 2021, p. 102). No entanto, também mostrou as dificuldades enfrentadas pelo setor cultural. “A Lei Aldir Blanc mostrou o quanto o setor cultural precisa de métodos mais democráticos e de redistribuição de recursos. (BARRETO, 2021, p. 31)”.

No tocante à aferição dos recursos por parte do Estado do Rio de Janeiro foi considerado uma dos mais mobilizados, assim como o Estado da Bahia, foram os que apresentaram o melhor desempenho na reivindicação da LAB. Segundo Semensato (2021), no Rio de Janeiro, dos 92 municípios, 87 tiveram Planos de ação aprovados.

Embora, esses dados sejam municipais, é válido ressaltar a importância da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro (SECEC- RJ) na reivindicação dos recursos.

Conforme aponta o III inciso da lei, da possibilidade do desenvolvimento de atividades de Economia Solidária, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC) do Estado do Rio de Janeiro lançou entre outros editais, um voltado e direcionado para a promoção da Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro

Sua articulação e fomento recebeu via o Circuito Fluminense de Economia Solidária, o qual é regulamentado pela Lei nº 8.354/2019. O Circuito Fluminense de Economia Solidária é um dos resultados da atuação em rede do Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES/RJ, com o Fórum de Cooperativismo Popular-FCP, doravante conhecido como o Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro, os Fóruns Municipais de Economia Solidária e a

Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária da ALERJ, sendo regulamento pela Lei dia nº 8.354 do 01 de abril de 2019.

A SECEC-RJ publicou seis editais de chamada emergencial de premiação, sendo eles: i) Retomada Cultural/RJ, ii) Juntos pelo Circo/RJ , iii) Cultura Viva/RJ, iv) Fomenta Festival/RJ, v) Cultura Presente/ RJ e vi) Passaporte Cultural/RJ.

O primeiro Edital Retomada Cultural 01 da SECEC-RJ ficou responsável em promover eventos, feiras, exposições, entre outros com objetivo de fomentar a cadeia produtiva de Economia Solidária (Ecosol), de acordo com os princípios da Cultura Popular da Economia Solidária e do Comércio Justo.

Ao todo, foram destinados R\$1 milhão de reais para atividades do Circuito em todo Estado do Rio de Janeiro, abrangendo oito regiões, sendo elas: 1) Região Centro Sul, 2) Região Fluminense, 3) Região Noroeste, 4) Região Baixada Litorânea, 5) Região Norte, 6) Região Metropolitana, 7) Região Serrana e 8) Região da Costa Verde. Conforme o Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 Projetos aprovados no Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária

Proponente	Título do Projeto	Município	Região
Instituto guararapes de educação assistência social e ações institucionais	Circuito Fluminense de Arte Popular e Economia Solidária - Cidade do Rio	Rio de Janeiro	METROPOLITANA I (CAPITAL)
Centro Ecumênico de Formação e Educação Comunitária	Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária da Costa Verde - Etapa Ilha Grande	Duque de Caxias	METROPOLITANA II
Associação Movimento Permanente de Mulheres de Política Pública da Baixada Fluminense e Território Nacional.	Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária - Etapa Duque de Caxias	Belford Roxo	METROPOLITANA II
Centro de integração e desenvolvimento comunitário comunidades em ação	Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária - Região Metropolitana	São Gonçalo	METROPOLITANA III
Ecoanzol	Circuito Fluminense de Economia Popular e Solidária-Etapa Campos dos Goytacazes-Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes	NORTE

Raízes do ofício associação dos produtores artesanal e artistas populares de Petrópolis	Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária - Etapa Região Serrana	Petrópolis	SERRANA
Associação da feira da rua do artesanato em Búzios - (Afab)	Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária - Região dos Lagos	Armação de Búzios	BAIXADAS LITORANEAS

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos SECEC-RJ (2022).

Na Costa Verde/RJ, a etapa foi realizada na Ilha Grande/RJ, como protagonista territorial do evento, e recebeu R\$ 100 mil reais, através de uma comissão organizadora que envolveu os membros do Coletivo Educação Solidária e a cooperação com o Centro Ecumênico de Formação e Educação Comunitária (Profec)². Conforme aponta Ramos, Villela e Nascimento (2021):

O Coletivo foi assessorado pelo Centro Ecumênico de Formação e Educação Solidária e Educação Comunitária (PROFEC) e abrange a quatro municípios do Território BIG: Angra dos Reis/RJ, Itaguaí/RJ, Mangaratiba/RJ e Paraty/RJ. Durante a pandemia, o coletivo concorreu a um edital para obter recursos da Lei Federal Aldir Blanc nº 14.017/2020 (RAMOS et al, 2021, p. 456).

Ressalta-se a importância da rede de cooperação estabelecida entre o PROFEC e o Coletivo Educação Solidária “A participação social dos integrantes do Coletivo Educação Solidária e da PROFEC foram fundamentais para a organicidade das redes articuladas no território, criando e formando espaços de discussão na esfera pública através da realização do projeto em torno da temática da Economia Solidária” (RAMOS et al, 2021, p. 456).

A Cooperação está em oposição a competição¹¹ e se configura do modo como são estabelecidas as relações sociais:

Denota um valor ético e político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos ou instituições envolvidas. (TIRIBA E JESUS, 2009, p 80).

¹¹ (...) competição é, em parte, deliberadamente fomentada, com o propósito de melhorar o desempenho conjunto. Mas, só em parte. Dentro da firma, a cooperação entre as partes componentes é indispensável ao referido desempenho conjunto. Há um esforço considerável no sentido de criar espírito de ‘equipe’ entre todos os empregados da companhia e, ao mesmo, tempo ressaltar os desempenhos individuais e premiar, com recompensas materiais e morais, os melhores, os mais eficazes. (SINGER, 2001, p. 102)

A cooperação está no ato de colaborar, de construir, de trabalhar em conjunto e de partilhar coletivamente ações coletivas públicas e sociais. Desta forma, a cooperação resulta da partilha de uma visão de mundo entre os sujeitos de uma determinada ação social e de relações socioeconômicas. A Lei Aldir Blanc possibilitou a oportunidade do gerenciamento participativo entre os membros do Coletivo Educação Solidária, o PROFEC e a inclusão de diversos outros grupos e organizações sociais, num tipo específico de construção coletiva baseada na cooperação entre aqueles que ocupam o território.

Assim a cooperação e as redes identificadas na realização do projeto do CF Ecosol na Ilha Grande, desencadearam um entendimento acerca das ações desenvolvidas neste território enquadradas na categoria de cooperação, assim como sua caracterização, governança territorial, reciprocidade e imersão social, moldando as trocas econômicas, sociais, culturais e de solidariedade.

Em relação a formação de Redes, estas são indissociáveis ao estabelecimento da Economia Solidária. Não é possível estabelecer e conceber organização social solidária sem o estabelecimento de redes, e isto se deve à complexidade das organizações sociais, nas quais as inúmeras diversidades se integram através das redes, que por sua vez enfatizam as relações sociais entre os atores do território. As redes são estratégicas para o desenvolvimento da Economia Solidária, desde o fluxo de informação até os valores compartilhados.

Na Figura 1, apresenta-se um mapa mental de interação de atores sociais na formação de redes em torno do projeto CF Ecosol. Assim, em evidência está o Circuito e as demais ligações são entidades do poder público, como o Governo Federal, o Ministério do Turismo, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, entre outros. Entre estes atores, o PROFEC e o Coletivo Educação Solidária, tiveram importante atuação a nível organizacional das ações do projeto. Há também produtores locais que fomentaram e contribuíram para o desenvolvimento da ação no território.

Na imagem faz-se importante salientar a atuação de extensão universitária, por meio da ação direta do IEAR/UFF e indireta do PEPEDT/UFRRJ, que atua na manutenção do Colegiado Territorial da BIG e do Observatório Territorial BIG/UFRRJ. Cada ator desempenhou uma determinada função e atividade, havendo participação de todos os elencados na promoção da ação do CF Ecosol na Baía da Ilha Grande.

Figura 1 Formação de redes na Ilha Grande/RJ



Fonte: Elaboração própria com dados extraídos Vitrine Solidária (2021)

A partir da formação de redes de cooperação, foram desenvolvidas no âmbito da utilização de recursos disponibilizados pela LAB as seguintes atividades: 1) Curso de Extensão sobre Economia Solidária e comunidades tradicionais; 2) Realização de Oficinas, 3) Festival de Economia Solidária – composição da Vitrine Solidária com oferecimento de serviços, produtos e alimentos de povos caiçaras, comunidades quilombolas e indígenas de toda a Costa Verde; 4) confecção da moeda solidária com lastro via recursos da Lei Aldir Blanc; 5) realização da horta comunitária a fim de ensinar o compartilhamento de alimentos para subsistência; 6) implementação do Comitê de Cultura e Economia Solidária da Costa Verde/RJ; 7) Lançamento da Vitrine Solidária em plataforma virtual com apoio da SECEC-RJ e 8) Representação política da Costa Verde nas etapas estaduais e nacionais para a VI Plenária.

É interessante ressaltar três questões relacionadas à temática da Gestão Social: pluralismo, processos de discussão e inclusão; quanto mais diversa e integrada for a rede, mais complexa e participativa será a colaboração e cooperação para o desenvolvimento das atividades. Foi possível verificar que nem todos os empreendedores sociais participaram do processo de idealização do projeto, apresentando-se assim uma discussão estabelecida preliminarmente entre as entidades organizadoras, no direcionamento da implementação das ações do projeto.

A partir da implementação, a participação de diversos grupos foi fomentada nas ações do CF Ecosol, que passou então a contar com a representação dos atores sociais na tomada de

decisão quanto à realização das atividades propostas, que utilizaram recursos públicos advindos da LAB.

5. A EXPERIÊNCIA DO CF ECOSOL NA ETAPA ILHA GRANDE, ANGRA DOS REIS/RJ.

O estudo de caso se deu sobre o desenvolvimento de uma organização social de educação, cultura e economia solidária. O território escolhido foi analisado através da observação enquanto participante no Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPEDT) e do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande, por meio das reuniões do Colegiado BIG, dos Bate-Papos e das atividades de extensão realizadas no território.

Dessa forma, através das atividades de extensão universitária, se deu a aproximação com uma das principais lideranças do Coletivo Educação Solidária nas atividades do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande. Isto foi de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa. A partir deste contato, foram realizadas uma série de entrevistas com atores locais, conforme quadro abaixo (Quadro 4):

Quadro 4 Entrevistas realizadas em campo

Entrevistado	Realização	Contexto
Entrevistado 1	Abril 2021, outubro 2021; março e maio de 2022.	Bate-papo do Colegiado BIG, OT-BIG; 1º, 2º e 3º visita de campo.
Entrevistado 2	Maio 2022	3º visita de campo.
Entrevistado 3	Maio 2022	3º visita de campo.
Entrevistado 4	Maio 2022	3º visita de campo.
Entrevistado 5	Maio 2022	3º visita de campo.

Fonte: Elaboração própria.

A criação do Coletivo Educação Solidária se deu no ano de 2016, a partir da organização social que teve início com reunião de mulheres no **Conselhos Escolar da Escola Municipal Brigadeiro de Nóbrega**. Este coletivo é reconhecido como um grupo que busca construir a relação dialógica entre os saberes acadêmicos e a cultura dos ancestrais. Sua criação se pautou na participação da comunidade, em atividades do cotidiano escolar, com objetivo de resgatar a cultura caíçara, contando para isto com o trabalho voluntário das mulheres, entre as quais, mães de alunos e professoras residentes na comunidade, fundadoras do Coletivo Educação Solidária.

5.1. O Coletivo Educação Solidária: O gerenciamento participativo a partir da experiência do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária- etapa Ilha Grande- Angra dos Reis/RJ.

Muitas atividades foram realizadas desde a participação no Conselho Escolar, em janeiro de 2018, como a organização do **I Seminário de Educação da Ilha Grande/RJ** e a realização do **Projeto Cais**, na qual fizeram visitas educativas e atividades para a comunidade. Ao longo dos anos, foram realizadas atividades em parceria com outras IES. Dessa forma, através de grupos de extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), foi realizado um **Seminário de Educação Solidária** e a criação do **Núcleo de Educação Infantil da Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega**. Com a Universidade Federal Fluminense (UFF), o coletivo apresentou projetos na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia promovido pelo Instituto de Educação de Angra dos Reis-UFF (IEAR), nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Em termos de fortalecimento da cultura local, foi realizado pelo Coletivo Educação Solidária o projeto “Terças Musicais”, que visava a apresentação da música genuinamente caieira, assim foram convidados músicos locais para interagirem com as crianças da escola. Em parceria com o grupo coletivo local “Plantou Colheu”, realizou oficinas com os estudantes da educação infantil por meio de pinturas na Vila do Abraão com a utilização de imagens dos ancestrais locais, além de músicas sobre a Ilha Grande e o meio ambiente.

Na perspectiva ambiental, o grupo participou ativamente do projeto “Recicla Ilha” nos anos de 2018 e 2019, além da participação no evento internacional de pintores nos anos de 2017, 2018 e 2019. Com o Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) a parceria se deu com os guardas parques ao realizar educação ambiental em horário não escolar, além de reunião com setores da educação e apoio à horta comunitária que estava no início do desenvolvimento.

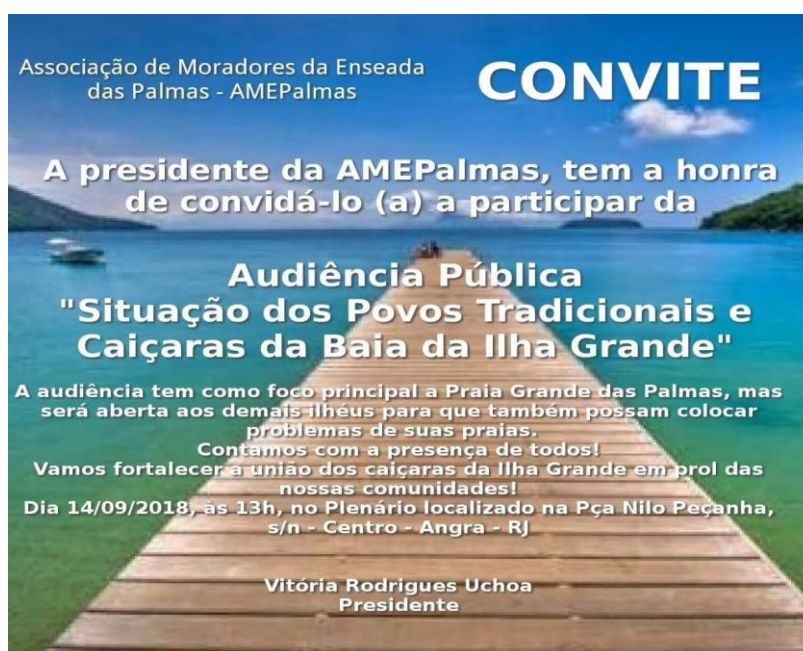
A história do grupo evidencia uma forte trajetória de participação social na comunidade local. Além destas acima, o Coletivo Educação Solidária desenvolveu e participou de outras atividades, através de outra parceria extensionista com o Centro de Divulgação Científico CEADS da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sendo realizadas atividades na escola fruto desta parceria, pesquisas sobre a Ilha Grande e participação na Rede de Educadores Ambientais.

O grupo também participava de audiências públicas que visavam compreender a luta das comunidades tradicionais. Um espaço na esfera pública onde verifica-se que há uma ampla mobilização da comunidade a fim de debater questões territoriais. Outra participação do grupo foi no Fórum Fluminense de Educação do Campo, um espaço de interlocução entre educadores e demais interessados em propor políticas públicas e educação para o campo.

As ações foram realizadas em diversos âmbitos e em 2019 o Coletivo Educação Solidária se uniu às instituições públicas, tal como, o Fórum de Justiça, o qual visa promover maior integração da comunidade com as instituições públicas. Outras parcerias também foram

desenvolvidas e é válido salientar o Fórum das Comunidades Tradicionais, através do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada, o Coletivo Educação Solidária participa das audiências públicas caiçara (Figura 2), das reuniões e plenárias e participação no programa de Educação Ambiental e realiza visitas às comunidades tradicionais como no território de Paraty/RJ – a escola do Mar.. A participação do Coletivo Educação Solidária também ocorreu no GT Ilha Grande, espaço público de discussão de proposta de políticas públicas para a comunidade local, o Coletivo pautou a educação diferenciada nos currículos dos ilhéus caiçaras.

Figura 2: Convite Audiência Pública



Fonte: Coletivo Educação solidária, 2022

Com a Prefeitura de Angra dos Reis/RJ abriu um canal de comunicação com a Secretaria de Assistência Social onde foi apresentado um projeto de educação preconizada pela comunidade local diante da realidade dos ilhéus. Em 2020, em meados de março houve uma manifestação das mulheres na Ilha Grande na luta por segurança e respeito ao corpo feminino. Neste mesmo período ocorre a feira da gratidão. A parceria e início das atividades em Economia Solidária em território angrense começa a retornar às atividades. Abaixo, apresenta um quadro com todos os projetos, anos de realização e parceria realizadas pelo Coletivo Educação Solidária (Quadro 5).

Quadro 5 Projetos realizados pelo Coletivo Educação Solidária e parcerias em rede.

Anos	Projeto	Parceria Realizada
------	---------	--------------------

2017 a 2020	Reuniões Conselho Escolar	E. M Brigadeiro da Nóbrega
2018	I Seminário de Educação da Ilha Grande/RJ;	Ecomuseu
2018	Visitas Educativas	Ecomuseu
2018	Atividades para a comunidade	Ecomuseu
2018	Projeto Cais;	Ecomuseu
2018	Projeto Afrobrasilidades ¹²	Unirio, Uerj, INEA
2018	Projeto Abriu Indígena	E.M Brigadeiro da Nóbrega
2018	Seminário de Educação Solidária	UNIRIO e E. M Brigadeiro da Nóbrega
2018	Núcleo de Educação Infantil	UNIRIO e E. M Brigadeiro da Nóbrega
2017 a 2019	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	IEAR/UFF
2019	Terças Musicais	Grupo Local
2019	Oficinas de Pintura na Vila do Abraão a partir de imagens de ancestrais locais; Música da Ilha Grande e Meio Ambiente	Coletivo local “Plantou Colheu”
2018 e 2019	Recicla Ilha	UNIRIO
2017 a 2019	Participação com o grupo de pintores internacionais.	E.M Brigadeiro da Nóbrega
2019	Educação ambiental em horário não escolar.	INEA.
2019	Rede de Educadores Ambientais.	E.M Brigadeiro da Nóbrega.
2019 - atual	Participação em audiências públicas.	Associação de moradores AmePalma.
2019	Atividades de educação ambiental na escola.	CEADS E.M Brigadeiro da Nóbrega
2019	Participação para Apoio à Educação Diferenciada.	Fórum Fluminense de Educação do Campo.
2018 e 2019	Integração da comunidade com as instituições públicas.	Fórum de Justiça.
2019 - atual	Apoio à Educação Diferenciada.	Fórum Comunidades Tradicionais.

¹² Uma rede de pessoas da comunidade local, como professores da Escola Municipal Brigadeiro da Nóbrega, grupos locais: O Eco Jornal na publicação dos textos e a OSIG por apoiar na participação. Foram diversos atores envolvidos. No Quadro acima mencionasse entidades e instituições. O Eco Jornal, por publicar nossos textos.

2022	Grupo propositivo de políticas públicas para a comunidade local.	GT Ilha Grande.
2020 e 2021	Campanha de Alimentos.	Fórum Comunidades Tradicionais, Brigada Mirim, entre outros.
2020	Organização em feiras dos produtores, artesãos e empreendedores da Ilha Grande.	PPIG (Parceria de pequenos produtos).

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos Portfólio Coletivo Educação Solidária (2022)

O início remete a uma verídica história que envolve a semente de uma abóbora o qual foi plantada e incidentalmente percorreu outros quintais, além do poste de iluminação pública. Uma foto foi retirada do local e a mesma divulgada nas redes sociais, a mesma viralizou e diante do primeiro distanciamento imposto pela Covid-19 uma abertura, uma retomada do diálogo entre os moradores locais assume cada vez mais dimensões maiores.

Em Abraão havia uma outra dimensão, diante do contexto pandêmico, uma ilha fechada para o turismo e sem abastecimento senão vindo de barco (...) A narrativa da história da abóbora tem tudo a ver com redes a partir de uma irmã que é agricultora. A semente veio de São Paulo e num espaço onde o turismo se realiza a abóbora virou atração turística no território, a foto viralizou, a abóbora foi colhida diante de uma ventania e um frio. A mensagem deu frutos e contribui para a formação de redes solidárias (SOLIDÁRIA 1, 2021).

A Parceria dos Pequenos Produtos da Ilha Grande foi uma outra iniciativa e abertura de caminho do Coletivo Educação Solidária, pensada a partir de diversas parcerias extensionistas, tais como: a incubadora de Economia Solidária da UFF- Volta Redonda, Colegiado BIG-UFRRJ, CEADS/UERJ, Grupo Alegria do município de Paraty/RJ, ao visar um outro tipo de organização econômica para o território e não sendo refém de uma economia excludente que se baseia sobretudo na cadeia do turismo predatório.

A proposta é fortalecer um grupo de troca e de comercialização, para escoar a produção excedente e também aprender uma outra lógica de convívio e de relacionamento humano, a solidariedade ganha uma dimensão maior. Dessa maneira, as pequenas produções advindas das hortas caseiras, dos doces preparados em casa, do artesanato local, dos produtos de higiene pessoal, como óleos e sabonetes, foram integrados ao circuito de Economia Solidária local..

Então, por exemplo, a gente perdeu um tempo enorme? na verdade a gente não perdeu e sim ganhou, porque foi um investimento. um investimento pesado em tentar ajudar as pessoas, os fazedores de cultura, a inscreverem projeto no edital da rede de Cultura, da Secretaria de Cultura. Para mostrar que existe uma outra possibilidade de se manter no território e ganhar um dinheiro sem detoná-lo, sem jogar óleo derretido no fundo do mar. Normalmente eles usam a mão de obra mais vulnerável, é isso que eu quero

chamar a atenção para essa classe trabalhadora, que ela entra no cenário. (ENTREVISTADA 1).

Até o ano de 2022 foram realizados diversos encontros da Parceria dos Pequenos Produtores (Figura 3) e a proposta do grupo é ir além e pensar em alternativas de Turismo de Base Comunitária. Neste momento também se inicia a concretização da Horta Comunitária, espaço cedido pelo Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG/INEA) para a promoção dos quintais caiçaras, da educação ambiental e estímulo à economia solidária, dessa forma re-significando o território, a partir da compreensão sobre a territorialidade local.

O território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo -especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliçados da terra, ou no "temtorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido Território e Multiterritorialidade: Um Debate mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 20)

A Horta Comunitária é traduzida como um espaço comum para o plantio de hortaliças, raízes, plantas medicinais, etc, além de ser um espaço de troca do cotidiano dessas mulheres, que a partir das narrativas territoriais engajam suas lutas e o tempo hábil para a promoção de um local mais justo, emancipado e com raízes identitárias. Talvez, sejam esses espaços que devem ser compreendidos antes da criação de uma política pública ou algum projeto privado, são as primeiras vidas a serem preservadas em seu espaço, condição material e cultural da condição humana. Isto condiz com a manutenção do território como sítio misto de Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade, delegado pela ONU.

Figura 3: Encontro dos Pequenos Produtores



Fonte: Coletivo Educação Solidária, 2021

A experiência da etapa da Ilha Grande, por via do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária, consolida a perspectiva de Filho (2002) ao fazer do espaço e da participação social elementos que contribuíram com o esforço de ações coletivas para a construção do curso de Cultura Popular e Economia Solidária, valorizando a identidade do território.

A Economia Solidária se configura numa grande diversidade de experiências socioeconômicas, em busca de autonomia e inclusão produtiva, cuja questão central, em termos organizacionais, é a formação de redes com condição de organizar a economia e a sociedade.

No território da Ilha Grande foi possível observar a organização de diversas redes no qual o Coletivo Educação Solidária se uniu (Quadro 5). E assim enquadramos o objetivo central deste estudo: a experiência do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária, na qual o FCP – Fórum Estadual de Economia Solidária, passa a contar com os produtores locais na construção do Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária da Costa Verde, compondo o Circuito Fluminense de Economia Solidária, diante de uma realidade pandêmica.

Redes e Ecosol são indissociáveis, isto se deve à complexidade das organizações sociais, nas quais, necessariamente, não é possível estabelecer e conceber a Economia Solidária sem o estabelecimento de redes.

Diante das inúmeras definições sobre redes, inspirado em Mance (2009), adota-se a noção de redes de colaboração, onde o conceito de redes está diretamente relacionado à teoria da complexidade. A noção de rede de colaboração solidária resulta da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos, compreendidas sob a ótica da teoria da complexidade e da filosofia da libertação (MANCCE, 2009, p.279).

Diante das inúmeras diversidades que se integram, são as redes que enfatizam as relações. A partir da definição acima, as redes como categoria estratégica para o desenvolvimento da Economia Solidária, desde o fluxo de informação e dos valores. É interessante absorver duas adjetivações: diversidade e integração, no sentido de compreender a formação de redes necessárias para organização social, pautada numa gestão social, sendo aquela diferente das práticas da gestão estratégica. Ou seja, quanto mais diversa e integrada for a rede, mais complexa e participativa será a rede de colaboração solidária.

As regras do capitalismo, mundializadas pelo acúmulo de capital, submetem a sociedade à lógica de mercado, num cenário de profundas incertezas econômicas e sociais. Este modelo difere das estratégias adotadas para o desenvolvimento local, dado a sua extrema heterogeneidade frente ao padrão econômico e político da mundialização do capital. Para as organizações fundamentadas na Economia Solidária, exemplifica-se potenciais elementos constitutivos da importância do fortalecimento de políticas públicas de caráter "Bottom Up" na gestão pública, como as organizações em cooperativas e associações.

De acordo com Negrão et al (2019) a instância do Colegiado Territorial da BIG é de extrema importância e relevância para as articulações em redes no território. Dessa forma, Ramos et al (2021) evidencia a ação política decorrente do Coletivo de Educação Solidária da Ilha Grande.

O Coletivo Educação Solidária participa e atua em ações para a valorização e preservação da cultura pesqueira, cria espaços para o fortalecimento dessas ideias e tem ampliado o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, para discutir os impactos do turismo predatório da Ilha Grande. Está ajudando a mobilizar e consolidar iniciativas de economia cooperativada, justa, solidária e sustentável (Ramos et al, 2021, p. 456).

Foram aproximadamente 40 artesãos envolvidos no Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária, por meio de uma rede solidária que chegou a abranger toda a

Costa Verde/RJ. Observar-se laços e redes colaborativas indo além da adjetivação, mas sendo esta, um ponto constitutivo que é a própria a solidariedade² como sendo esta adjetivação da própria Economia, a definição dar-se-á a partir de Laville:

A solidariedade é entendida a partir de Laville e Tenório. Enquanto para Laville (2009, p.310): “(...) na ajuda mútua, na expressão reivindicativa, à auto organização e ao movimento social”, para Tenório (2014, p. 46) “a solidariedade aqui exposta está alinhada à sobre democracia deliberativa” e *“pressupõe um processo decisional intersubjetivo e cotidiano, o qual, por sua vez, resultaria do entendimento coletivo”*.

O conceito moderno de solidariedade remete a dois projetos diametralmente opostos, sendo, portanto, impossível apresentar uma acepção unificada. A solidariedade filantrópica corresponde ao primeiro deles, remetendo à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente. A segunda forma é a versão da solidariedade como princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas. (LAVILLE, 2009, p. 310).

Assim, a solidariedade é vista como autonomia de direito entre os atores sociais. Logo, de acordo com Laville (2009) o acesso ao espaço público para todos os cidadãos aprofunda a democracia política, econômica e social.

O sentido de solidariedade é uma outra maneira de ação do voluntariado, é substância orgânica dentro de uma rede de atores sociais que se são solidárias ao grupo e ao coletivo, estabelecendo o diálogo como gerenciamento das ações sociais, assim:

(...) continuo gostando muito dessa palavra, mas começo a pensar em substituir voluntário por solidário. No dicionário Solidariedade é um ato de bondade com o próximo ou um sentimento, uma união de simpatias, interesses ou propósitos entre os membros de um grupo (ENTREVISTADA 1, 2021).

Em termos de organização foi possível observar como esta se deu a partir da condução das atividades tais quais: i) Curso de Extensão sobre Economia Solidária e comunidades tradicionais, com pessoas de todo o Brasil; ii) Realização de Oficinas; iii) Festival de Economia Solidária – composição da Vitrine Solidária com oferecimento de serviços, produtos e alimentos de povos caiçaras, comunidades quilombolas e indígenas de toda a Costa Verde; iv) Confecção da moeda solidária com lastro via recursos da Lei Aldir Blanc; v) Realização da horta comunitária a fim de ensinar o compartilhamento de alimentos para subsistência; etc.

No entanto algumas dificuldades se mostraram presentes em relação à comercialização, conforme pode ser observado pelos depoimentos abaixo:

“Hoje em dia eu trabalho sob encomenda. Aqui não tem foco artístico, como em Paraty. Tem uma coisa específica que é de pedra, marcrâme e coisas e coisas que saem do universo mais praieiro. Tinha vezes que ia na feira e recebia elogio, mas ninguém comprava. Tinha dias que eu gastava para estar lá.” (ENTREVISTADO 3, 2022).

Aqui trabalhamos em pequena escala, nos preocupamos com a qualidade. Por exemplo, fizemos um panetone e tivemos que jogar tudo fora porque não houve procura e aqui as pessoas não procuram qualidade e bons ingredientes e sim marca, dessa forma não conseguimos vender nossos produtos frescos (ENTREVISTADO 4, 2022).

A gente não divulga muito. Trabalhamos com poucas coisas. Talvez teríamos que estudar um pouco para isso em saber comercializar. Alguns produtos estragam, como é o caso dos panetones (ENTREVISTADA 5, 2022).

Salienta-se que estes depoimentos foram obtidos em maio de 2022, o que demonstra a continuidade de uma economia local bem fragilizada, antes, durante e após o período crítico da pandemia da Covid-19, como indicado nas falas acima. Com este cenário, verifica-se a necessidade da continuidade da articulação em redes desses atores, a fim de conseguir um espaço adequado para o desenvolvimento de atividades e fortalecimento da identidade e cultura caíçara, a partir dos vínculos comunitários.

Quando se observa a autogestão¹³ é uma ferramenta alternativa à heterogestão. Em termos de organização produtiva, a autogestão é uma forma de enxergar o mundo do trabalho. Assim ao trabalhador é visto como sujeito e não como objeto (mercadoria) muito comum nas relações capitalistas de produção, e por último, é “(...) como uma base estruturante das organizações” (BENINI, 2011, p.74).

(...) A autogestão vem a se colocar, inicialmente, apenas como alternativa e resistência frente à quela situação já dada, não encontrando, portanto, espaço sequer para iniciar seus primeiros passos, tanto na perspectiva prática quanto teórica, ou seja, iniciar de fato a sua efetiva práxis para, com isso, criar seus próprios meios organizacionais e institucionais de sustentação. (BENINI, 2011 p. 74,).

Complementa-se assim o entendimento de Singer (2001) no sentido entre o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento solidário.

Para Mothé (2009) a autogestão privilegia a democracia direta, a participação social, aqui entendida por meio da cidadania deliberativa, a qual está preconizada na Constituição

¹³ A autogestão se destaca na ES a partir de 1990. Diante do processo de abertura da economia brasileira, dado o esgotamento do modelo de substituição de importação e a crescente desregulamentação dos mercados internacionais. (GENNARI, 2001, p. 31) provoca sérios desequilíbrios na Economia brasileira, a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão) é o exemplo de experiência autogestionária a qual surgiu em 1991, os trabalhadores articulados com o Sindicato recuperaram 450 postos de trabalho. Fonte: <https://cirandas.net/anteag>

Federal de 1988. E além de organizar o espaço produtivo, é um espaço público onde os cidadãos debatem questões importantes.

Para Rigo (2014, p.21), a autogestão, no campo da Gestão Social refere-se “(...) à busca e a configuração de processos ou modos organizacionais justos e democráticos (...) onde os membros de uma organização estão engajados”.

Destaca-se que a autogestão, como forma de organização, vai muito além das posses dos meios de produção, embora o rompimento das relações estruturadas nas organizações sejam baseadas na heterogestão¹⁴; assim, ontologicamente o conceito é a própria autonomia dos atores sociais em uma determinada organização social.

Fica assim, caracterizada a conceituação na qual a autogestão é compreendida a partir das contribuições de Mothé (2009) e Rigo (2014), visando alcançar a participação social e autonomia.

Na Ilha Grande, a autogestão apresenta uma dificuldade devido a responsabilização social, mas por outro lado os cidadãos que não participam, fazem a crítica sem verdadeiramente participar da construção. A questão do processo educativo interfere nos resultados, indicando que quando a educação precisa ser libertadora, existe uma ajuda mútua entre a comunidade caiçara. As dificuldades se dão em torno de limitações por conta do individualismo, apontando dificuldade por conta do auto interesse.

Um processo importante para a autogestão é que os atores sociais tomem conhecimento da organização do movimento para buscar maior autonomia e participação. Na pesquisa foi observado que há ainda muito desencontro de informação e ausência de uma formação mais cidadã. Embora isso esteja atrelado às condições atuais do Estado brasileiro, de não incentivo à participação, percebe-se em algumas falas dos atores locais que participaram do circuito, o não entendimento sobre a organização da economia solidária, mesmo estes compondo o movimento. Dessa maneira, temos:

Não tenho muito certeza como se dá a organização. Eu confundia o FCT com o FCP. Eu demorei para entender. Mas o conhecimento se deu por conta do Circuito (ENTREVISTADO 3, 2022).

Eu já ouvi falar, mas não sei como é a organização (ENTREVISTADO 4, 2022).

Não sei... Eu sou do grupo, mas não sei bem o que significa. Comecei por conta do PPP-IG (ENTREVISTADO 5).

¹⁴ A heterogestão foi, por mais de dois séculos, amplamente desenvolvida e sofisticada, por meio de ostensivos estudos e pesquisas acadêmicas (direcionados para este “objeto” e fim particular), sem falar de todo apoio e aporte e aporte financeiro e institucional, sistema ontologicamente integrado, ou seja, orgânico ao capital. (BENINI, 2011, p. 74)

A partir destas falas, observa-se a importância das atividades de extensão, bate papos, capacitações, entre outras atividades realizadas no CF Ecosol, para o entendimento da organização social em torno da Economia Solidária.

É nesta plataforma virtual que o Circuito permanece vivo.

É aqui que suas ações de conscientização, promoção e fortalecimento da economia solidária, da cultura popular e seus saberes, assim como o uso sustentável dos recursos está em nossas mãos, no nosso dia a dia, reverberando para o planeta. É aqui que o Espaço Vitrine Cultural e Solidária da Costa Verde, única atividade realizada presencialmente durante uma semana na Vila do Abraão na Ilha Grande, e também o Festival Virtual Vitrine Cultural com artistas da música, teatro, dança, moda e poesia, ganham continuidade e longevidade por meio do Catálogo Digital, que apresenta ao Mundo os expositores e artistas que deles participaram. (VITRINE SOLIDÁRIA, 2021).

A partir da experiência do CF Ecosol foi possível observar e elencar como se estabeleceu o gerenciamento participativo na Ilha Grande, embora esta experiência autogestão ainda apresente uma série de fragilidades, por se tratar de uma experiência recente. No entanto, como exposto acima, toda rede construída permanecerá ativa em plataforma virtual cedida pela SECEC-RJ, reafirmando a parceria de diversos atores em prol do Desenvolvimento Local.

6. REFLEXÕES, PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pesquisa buscou apresentar como uma organização social pode contribuir para o Desenvolvimento Territorial a partir da participação social, sobretudo, aliada a estratégia de adoção de políticas públicas locais. Os resultados descritos no capítulo anterior evidenciam a experiência do CF Ecosol como uma potencialidade de desenvolvimento endógeno, onde os atores sociais fizeram a gestão criativa dos recursos da Lei Aldir Blanc para a geração de renda.

O CF Ecosol realizado na Ilha Grande se mostrou como um projeto cultural, social, ambiental e solidário que movimentou a economia local durante a pandemia, trazendo visibilidade à produção artesanal, agroecológica, gastronômica e de serviços sustentáveis, oferecidos nos 4 municípios da Costa Verde - Angra dos Reis/RJ, Itaguaí/RJ, Mangaratiba/RJ e Paraty/RJ. (VITRINE SOLIDÁRIA, 2021).

Os resultados da pesquisa sugerem que a participação social observada na experiência do Circuito é um elemento que pode vir a contribuir para o desenvolvimento de um território marcado pelo turismo e áreas de proteção ambiental e combinado com as políticas públicas se mostra com um caráter significativo na inclusão e na participação cidadã. Assim, pode-se inferir que a experiência recente tem potencialidade de desenvolver mais atividades ligadas aos atores locais no território, fortalecendo um outro modelo de desenvolvimento econômico, a partir da Economia Solidária. Esta experiência encontra-se ainda em estágio de consolidação, a partir das práticas sustentáveis no território mantidas pela ação do Coletivo Educação Solidária desde 2016, em parcerias com diversas instituições.

A pesquisa apresenta algumas limitações metodológicas. Primeiro, por se tratar de uma experiência recente e quase concomitante com o desenvolvimento desta dissertação de mestrado, o que acarretou uma limitação de acesso a mais dados e informações. Outra limitação se deu em decorrência da dificuldade de acesso e comunicação com os atores locais, devido ao isolamento social na pandemia e a dificuldade de alguns atores participarem remotamente de algumas atividades, evidenciando processos de exclusão digital.

A suposição que políticas públicas transversais – como o caso da Lei Aldir Blanc - ao incluir no rol de seus incisos o setor da Economia Solidária, contribui para o Desenvolvimento Local, coaduna com os resultados desta pesquisa. Observou-se que a experiência do CF Ecosol, por estar compreendida pela ótica da autogestão, da cooperação, solidariedade e formação de redes, torna-se capaz de promover a organização territorial a partir da Gestão Social, através do diálogo e formação de redes para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. No entanto, esta

pesquisa verificou que apesar de exitosa, a experiência do CF Ecosol na Ilha Grande apresentou uma evasão de voluntários após o fim do projeto, evidenciando uma diminuição na participação social e desmobilização com relação a continuidade de ações coletivas no território.

A participação social se deu sobretudo no momento da “exposição” de produtos na Vitrine Solidária, assim houve a participação de cerca de 40 atores locais, entre os quais: artesãos, produtores culturais, artistas visuais, comunidades quilombolas e indígenas. Apesar do êxito desta mobilização em torno da participação social, observou-se uma fraca adesão e articulação na continuidade das atividades, como já mencionado, fato verificado pela menor participação nas reuniões de tomada de decisão após o projeto.

O Coletivo Educação Solidária manteve além da coordenação do projeto, como também a sua idealização, elaboração, implementação, prestação de conta e todas as atividades necessárias para a concretização do CF Ecosol. A desarticulação entre aqueles que durante o projeto demonstraram um maior interesse em participar das atividades do circuito, é vista como uma dificuldade de continuidade, que dificulta o desenvolvimento de ações continuadas e mais fortalecidas diante das construções já estabelecidas.

Considerando a segunda suposição deste trabalho, a Economia solidária se apresenta como uma potencialidade capaz de reunir e organizar diversos atores sociais e promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Neste sentido, a experiência analisada se mostrou capaz de reunir e organizar atores sociais em diversas redes, desde os artesãos, os produtores, os pescadores artesanais, os produtores culturais, entre outros.

A Vitrine Solidária é um dos resultados das ações desenvolvidas a partir da construção de redes sociais, quando do lançamento de uma plataforma virtual que abrange as histórias dos artesãos, a consciência ambiental, a parte cultural e artística das localidades. Ao valorizar a cultura local, mostra-se como uma experiência a ser compartilhada e replicada em outros territórios, diante da exitosa interação social proporcionada pelo CF Ecosol e sua capacidade orgânica em mobilizar diversos atores sociais em prol do Desenvolvimento Local.

Para responder a problemática: como a organização social promove a implementação da economia solidária a partir da gestão social para o desenvolvimento territorial sustentável na Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ? Elencou-se abaixo potenciais elementos constitutivos que apontam para além da continuidade, da prática e da dinâmica da Economia Solidária. Estes potenciais se apresentam como caminhos experimentados pelo CF Ecosol na Ilha Grande, e evidenciam novas etapas e construção de redes que podem vir a ser realizadas pelos atores

locais, entidades públicas e instituições de ensino que promovem a extensão universitária, conforme observado no Quadro 6.

Quadro 6: Perspectivas de potencialidades resultantes da Pesquisa

Potencialidade 1: Forte laço por meio da Extensão Universitária- a etapa Ilha Grande/RJ e as Universidades parceiras. O estabelecimento de redes e cooperação com as Universidades Públicas do Rio de Janeiro se mostrou com um potencial tanto no desenvolvimento do Circuito – tendo o apoio da escola de extensão da UFF-IEAR; como o desenvolvimento com o apoio do colegiado BIG, através do Observadores Territoriais da UFRRJ, e também as parcerias realizadas com a Ceads. Para esta potencialidade, recomenda-se que deve ser buscada pelos atores, pois na promoção do desenvolvimento a longo prazo é necessário forte coesão, diálogo e pluralidade de ideias entre os interlocutores que participam do território.
Potencialidade 2: Forte laço de criação de redes com grupos, fóruns, associações, etc e capacidade organizativa. Esta potencialidade se mostrou como a capacidade de articulação do CF Ecosol, ao mobilizar mais de 28 grupos e 40 artesãos no território e estima-se que a amplitude desta rede só tende a aumentar. Laços como esses estabelecidos num ambiente cooperativo, com limitações, mas sobretudo aponta-se como um encadeamento a ser perseguido e construído a partir da ótica da gestão social para a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável.
Potencialidade 3: Forte Desenvolvimento de iniciativa da implementação do Turismo de Base Comunitária – O território apresenta forte potencialidade para o desenvolvimento de Turismo de base Comunitária envolvendo mais atores numa mesma cadeia, visando além da cooperação a organização em associação ou cooperativa. Diante de uma alternativa que combina os valores da Economia Solidária e da Gestão Social além da geração de renda. Esta potencialidade já está sendo colocada em prática, com a proposição de um novo projeto do Coletivo Educação Solidária em parceria com o PEPEDT/UFRRJ, após a finalização desta pesquisa, pleiteando a captação de recursos do FUNBIO, em chamada específica para o desenvolvimento de ações de TBC.
Potencialidade 4: Participação em Editais e chamadas para o Desenvolvimento Territorial. Apontou-se a Lei Aldir Blanc (LAB) como uma experiência que além de movimentar os artesãos locais, mas também incentivou e contribui para disseminação da realização de mais projetos e participação em editais. A experiência da LAB se mostrou positiva no território que carece de mais políticas públicas e alternativas como esta devem ser encaminhadas pelo Grupo para continuidade de ações territoriais.
Potencialidade 5: A Educação Popular se mostra como uma alternativa para um território marcado por uma cadeia produtiva de um turismo predatório. Dessa forma, movimentar a sociedade a partir da educação e dos valores que Economia Solidária traz consigo na sua forma de ser uma alternativa tanto econômica como social e educacional, além de ser mostrar como um indicativo dos primeiros trabalhos desenvolvidos pelo Coletivo Educação Solidária no que tange a uma educação diferenciada que promova e respeite a comunidade e a cultura caiçara e local.

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao primeiro objetivo em analisar como a Lei Aldir Blanc (LAB) ao promover a organização do movimento de Economia Solidária no território da Ilha Grande/RJ,

observa-se três questões relacionadas à temática da Gestão Social: pluralismo, processos de discussão e inclusão; quanto mais diversa e integrada for a rede de atores, mais complexa e participativa será a experiência de colaboração e cooperação para o desenvolvimento das atividades. Foi possível verificar que, em grande maioria, nem todos os artesãos participaram do processo de idealização do projeto, apesar de terem aderido a ele, aceitando assim a proposta estabelecida entre os primeiros organizadores.

Em relação a como se deu a organização social na etapa Ilha Grande do CF Ecosol para a promoção do Desenvolvimento Territorial é necessário adotar uma perspectiva de formação de uma coalização entre forças políticas distintas, associada a uma inovação na gestão pública, onde se enquadra o lançamento da LAB, que se pautou na participação social no planejamento e no objetivo de realização da Política Pública. Destaca-se também a necessidade de uma maior participação e controle social sobre os fundos públicos, transparência, mecanismos de governança, para assim pensar sobre uma real redemocratização, a partir das comunidades locais e tradicionais.

A pesquisa aponta para caminhos apresentados aqui como potencialidades, mas sugere-se ainda que a experiência apresentou dificuldades, principalmente em termos organizacionais, ainda pautados em um caráter informal. Uma questão relevante que evidenciou as fragilidades quanto ao estabelecimento da organização social, está ligada à dependência de apoio externo toda vez em que se fazia necessário uma maior formalização na realização do projeto, como é o caso do número de inscrição no CNPJ.

Assim esta dimensão não pode ser abandonada ou esquecida. A experiência se mostra capaz de articular diversos atores sociais em distintos territórios da Costa Verde/RJ, além de reunir e incluir as cadeias produtivas locais, como a do artesanato, da fruticultura, do turismo de base comunitária, da produção cultural, entre outras, incluindo seus circuitos curtos de comercialização.

A partir do trabalho realizado nesta pesquisa evidenciou-se que mais estudos territoriais sobre a temática da Economia Solidária na Ilha Grande precisam ser explorados. O trabalho apontou para 5 potencialidades decorrentes das ações do CF Ecosol, no entanto, como a experiência é recente e ações futuras ainda serão desenvolvidas, será necessário acompanhamento por meio de futuras pesquisas e atividades de extensão universitária, como suporte apoio à organização social.

REFERÊNCIAS

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIRUÇU. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cairucu/com-phocagallery-categories/quem-somos.html>. Acesso em: 05 out 2021.

BENINI, É. A. **Sistema orgânico do trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de Economia Solidária**. In Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia solidária. Vol 2, 2012, p. 71-90.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5ed, São Paulo, Pearson. 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 71.791, de 31 de agosto de 1973. **Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71791-31-janeiro-1973-421651-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out 202.

BRASIL. Lei nº 14.017, 29 de junho de 2020. **Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em 28 de agosto de 2021. BRASIL.

BRASIL. Decreto nº 71.791 de 31 de agosto de 1973. **Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto71791-31-janeiro-1973-421651-norma-pe.html>. Acesso em 15 de outubro de 2021. BRASIL.

BRASIL. Decreto Legislativo que nº 10.464 de 2020. **Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreton-10.464-de-17-de-agosto-de-2020-272747985> . Acesso em 28 de agosto de 2021.

CANÇADO, A; SAUSEN, J; VILLELA, L. **Gestão social versus gestão estratégica**. In: Gestão Social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial. In. TENÓRIO, F. (Org). Rio de Janeiro: FGV, 2013, 372 p

CANÇADO, A. **Gestão Social e Economia Solidária — para além do mimetismo: outra gestão é possível?** In: Os desafios da gestão das organizações de Economia Solidária. Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico. Portugal, 2016.

CARRION, Rosinha da Silva. Cidadania. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 35-38

CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. 1º ed. São Paulo: Xamã, 1996. p. 17

CUNHA, G. C. A **construção da rede de políticas públicas de Economia Solidária no governo federal**: notas de pesquisa. In Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia solidária. Vol 2, 2012.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança Territorial. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 91-94.

DE PAULA, Andreia; ANTHONY, Raymond. **Reimagining Human Responsibility Towards Animals for Disaster Management in the Anthropocene** IN Bovenkerk, Bernice; Keulartz; Jozef (org). *Animals in Our Midst: The Challenges of Co-existing with Animals in the Anthropocene*. The International Library of Environmental, Agricultural and Food Ethics. SPRINGER. V 33. p 223-254. 2021

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 18, outubro 2002, p. 28-46

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. (CEPERJ) **Divisão Política Administrativa do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/informacoes-doterritorio/cartografiafluminense/Divis%C3%A3o%20municipal%20e%20regional%20fluminense%20-%202018%20-%20CEPERJ.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: trocando fronteiras conceituais. Bahia Análise e dados. Salvador, **SEI** v. 12. n. 1, p 9-19. Junho 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. **Revista NAU Social** v.11, n.20, p. 167 – 184 Maio / Out 2020

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Economia e Desenvolvimento**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação à distância, 2019.

GADOTTI, Moacyr. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. 72 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 - 2007.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em 01 nov. 2021.

JESUS, Paulo; TIRIBA, Lia. Cooperação In CATTANI, Antonio David et al (org). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: ALMEDINA, jan. 2009, p.80-85

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In CATTANI, Antonio David et al (org). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: ALMEDINA, jan. 2009, p.310-314

LAKITSCH, M. Political Topology in the Anthropocene: Reconsidering Political Space in Light of Covid-19. Disponível em: <https://unipub.uni-graz.at/obvugrfodok/content/titleinfo/5682563/full.pdf>. 2021

LISBOA; A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Pensata**. RAE Publicações, p. 109-115. Jul/Set 2005 Disponível: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000300009.pdf

MANCE, Euclides André Redes de colaboração. In CATTANI, Antonio David et al (org). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: ALMEDINA, jan. 2009, p.278-283.

MAZZUCATO, M. Da ideologia da crise à divisão do trabalho inovador. In O Estado empreendedor. 1º ed. São Paulo: Portfolio Penguin.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (MDA) **Território Rural Baía de Ilha Grande – RJ**. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/caderno/caderno_territorial_116_Ba%C3%83%C2%ADa%20de%20Ilha%20Grande%20-%20RJ.pdf. Acesso em 28 ago. 2021

MOREIRA, S. B; CRESPO. **Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento**. Editora UFPR. Revista de Economia, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. 2012

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In CATTANI, Antonio David et al (org). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: ALMEDINA, jan. 2009, p. 26-30

NASCIMENTO, E. C.; DENARDIN, V. F. **Desenvolvimento territorial sustentável: reflexões apartir da teoria de karl Polanyi**. VII Seminário de Pesquisa Interdisciplinar.

PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE (Rio de Janeiro) Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-ilha-grande/> Acesso em 29 out 2021.

PLANO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ILHA GRANDE **Agência 21**. Rio de Janeiro), 2008. Disponível em: https://issuu.com/robertotostes/docs/2008_-_livro_ilha_grande. Acesso em 20 out. 2021.

PRADO, R. P. Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro vol 3, Nº 1 2003. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/25/23>. Acesso em 25 ago 2021.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas e Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **IPEA**. Economia solidária e políticas públicas. Mercado de trabalho, 39, maio de 2009;

POLANYI, Karl. **Sociedades e sistemas econômicos; Homem, natureza e organização produtiva; Mercado e natureza**. IN: A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIGO, A. S.. Autogestão. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 21-23.

ROMEIRO, A. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p. 65-92, 1 jan. 2012

SERRANO. F **Observações Sobre as Teorias do Crescimento, 2010**. Disponível em <<http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/09/observac3a7c3b5es-sobre-as-teorias-do-crescimento-agosto-2011.pdf>> Acesso em 12 out. 2018.

SINGER, P. **Economia solidária**. Vol 2. 2001. Disponível <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-703_pt.html

- RAMOS, Diná Andrade Lima et al. Cooperação e solidariedade para o desenvolvimento sustentável no território da baía da ilha grande/rj, brasil. **Revista Pegada** – vol. 22, n.2, 2021
- RAMUZ, Pedro Francisco. Os caminhos do turismo na Ilha Grande. **GeoUerj**.Rio de Janeiro, n 3, p.111-120, jun 1998.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond,2008
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2022.
- Silva, C. M.; et al. A Pandemia de COVID-19: Vivendo no Antropoceno. Revista Virtual de Química.7 de Julho de 2020. acesso em: <http://rvq.sbq.org.br> .Rio de Janeiro. Vol 12| [No. 4| [1001-1016|
- TAVARES, Augusto de Oliveira. Participação. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 133-135.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme.; **Gestão Social: conceito**. In: TENÓRIO, F.G.; KRONEMBERGER, T. S. (org.). **Gestão Social e conselhos gestores**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Escopo Teórico**. In TENÓRIO, Fernando Guilherme (org) **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p.19-34.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme; Carvalho Teixeira, Marco Antônio **O conceito de gestão social e a democracia regressiva no Brasil após 2016 Administração Pública e Gestão Social**, vol. 13, núm. 2, 2021 Universidade Federal de Viçosa, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351566014011>
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. Cortez, 2009 Ed:14º. 136p
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa e administração**. São Paulo: Atlas, 2003.
- YIN, R. k. **Planejamento e método**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DO CIRCUITO FLUMINENSE DE CULTURA POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA- ETAPA ILHA GRANDE/RJ

Eu me chamo Thássia Andryna Silva de Paula, tenho 30 anos e atualmente moro em Guaratiba- bairro da zona oeste metropolitana do Rio de Janeiro Trabalho sob orientação do Prof. Lamounier Erthal Villela no Pro Programa de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, na linha Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (PPGDT) e no Programa, de Ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PEPEDT) ambos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Brasil. Desenvolvo a pesquisa intitulada “Um estudo de caso sobre a construção da organização social da economia solidária pela ótica da gestão social na etapa Ilha Grande – Angra dos Reis/RJ em tempos pandêmicos (2020-2022)”.

Dados da pesquisadora: thassia_andryna@hotmail.com

Tel: (21) 98132-9358

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:
2. Data de nascimento:
3. Localidade:
4. Quantos filhos?
5. O que você faz na Ilha Grande/RJ?
6. Há quanto tempo você mora aqui?
7. Você soube das atividades do Circuito Fluminense de Economia Popular e Economia Solidária – etapa Ilha Grande/RJ?
() sim
() não
8. Como você ficou sabendo da realização do Circuito Fluminense de Economia Popular e Economia Solidária- etapa Ilha Grande/RJ?
Vitrine Solidária – Realizado na casinha da Associação de Moradores da Ilha Grande/RJ
Amigos
Grupo de WhatsApp
Grupo do Facebook
Outro
9. Ficou sabendo dos editais relacionados a Lei Aldir Blanc para fomentar o Circuito?
() antes do prazo de inscrição
() depois do prazo de inscrição
() Não fiquei sabendo

10. Você participou das atividades do Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária?
 1. Na idealização
 2. Na elaboração [pré-produção]
 3. Implementação
 4. Na execução: atividade [produção]
 5. Na exposição
 6. No curso de extensão
 7. Na prestação de contas [pós-produção]
 8. Na elaboração do documentário
 9. Na elaboração do catálogo
 10. Outro
 - Sobre a Ecosol
11. Você já ouvi falar do movimento de Economia Solidária?
 - () Sim () Não
12. Se sim, você sabe como é se organiza politicamente?
13. Você participa do Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária?
 - () sim
 - () não
14. Se você não participa, quais são suas principais dificuldades?
 - () falta de tempo
 - () por conta trabalho
 - () Por conta das atividades domésticas
 - () Outro motivo
15. Você faz parte de alguma rede?
16. Você faz parte ou tem algum empreendimento?
17. Como é a organização?
 - () é coletiva
 - () é individual
18. Esse empreendimento
 - Gera renda? () sim () não
 - Complementa a minha renda familiar ()
 - Alternativa ao desemprego ()
 - Maiores ganhos em empreendimento associativo ()
 - Atividade na qual todos são donos ()
 - Desenvolvimento Comunitário ()
 - Participação em projetos em defesa do meio ambiente ()
 - Condição para ter acesso a financiamentos e apoios ()
 - Motivação social, filantrópica ou religiosa ()
 - Alternativa organizativa e acesso a formação ()
 - Incentivar a elaboração de política pública
 - Incentivo da Lei Emergencial Aldir Blanc ()
 - Fortalecimento grupo étnico ou comunidade tradicional ()
 - Produção/comercialização de produtos orgânicos ()
 - Organização de beneficiários de políticas públicas ()
 - Outro ()
 - Fazer parte e se integrar com a comunidade ()
19. Qual a localização do seu empreendimento ou da sua rede?
20. Qual é área de abrangência do seu empreendimento?

21. O seu empreendimento gera alguma renda?
- () Suficiente
 - () Insuficiente
 - () Gera excedente/sobra
22. Quais são suas principais dificuldades de comercialização?
- Prazo exigido por clientes
 - Falta de registro legal
 - Preços inadequados
 - Encontrar clientes
 - Manter regularidade da oferta
 - Problemas de logística
 - Concorrência com atravessadores
 - Custo elevado de transporte
 - Estrutura para comercializar
 - Falta recursos financeiros
23. Quais são as principais dificuldades encontradas por você no seu empreendimento?

*Figure 5*Vegetação e ao fundo um megaempreendimento às margens da BR 101



Fonte: elaborada pela autora 2021

*Figure 6*Viagem de Balsa e ao fundo o Bico do Papagaio



*Figure 7*Balsa Angra dos Reis x Vila do Abraão



Fonte: Elaborado pela autora

Figure 8Árvore em Abraão



Fonte: elaborada pela autora 2021

Figure 9 Rede de Pesca em Abraão



Fonte: Elaborada pela autora 2021

Figure 10 Carrinho para carregamento de mercadorias



Fonte: elaborada pela autora 2021

Figure 11 Vitrine Solidária



Fonte: Coletivo Educação Solidária¹⁵

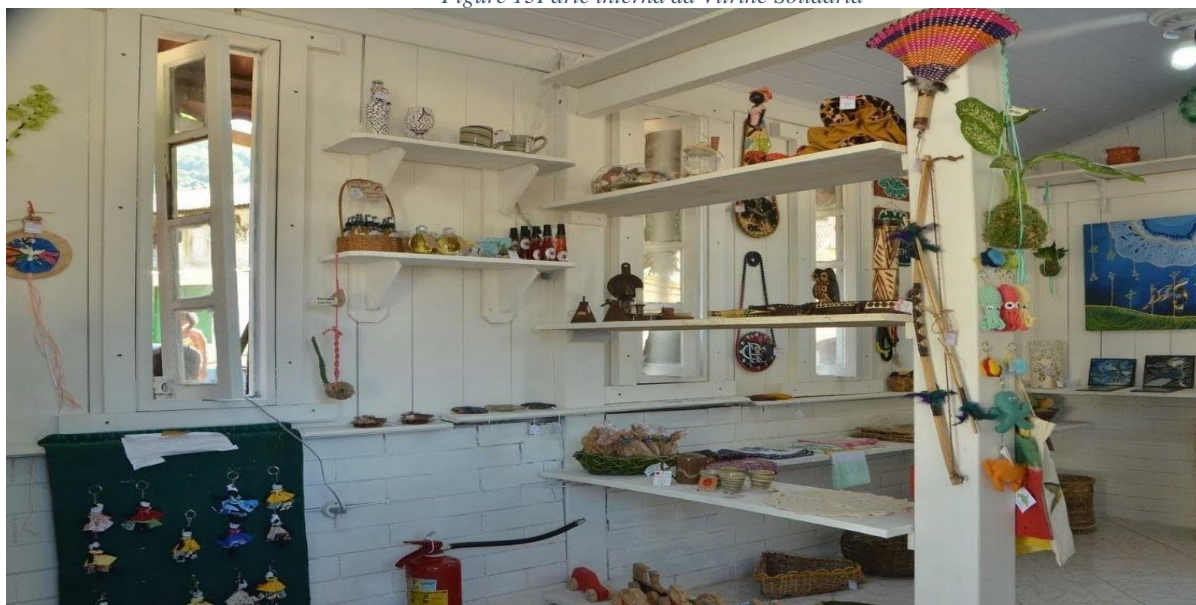
Figure 12Mulheres da Economia Solidária - Abraão



Fonte: Coletivo Educação Solidária

¹⁵ O Coletivo Educação Solidária participa e atua em ações para a valorização e preservação da cultura pesqueira, cria espaços para o fortalecimento dessas ideias e tem ampliado o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, para discutir os impactos do turismo predatório da Ilha Grande. Está ajudando a mobilizar e consolidar iniciativas de economia cooperativada, justa, solidária e sustentável (Ramos et al, 2021:456)

Figure 13 Parte interna da Vitrine Solidária



Fonte: Coletivo Educação Solidária,

Figure 14 Horta Comunitária



Fonte: Coletivo Educação Solidária

Figure 15 Lançamento Cultura Popular e Economia Solidária



Fonte: Coletivo Educação Solidária

Figure 16 Curso Cultura Popular e Economia Solidária

Curso
Cultura Popular e
Economia Solidária

(Certificado de Curso de Extensão)
Aulas virtuais - 20h

INSCRIÇÕES PRORROGADAS!
até 21 de março

Link para o Formulário na descrição

REALIZAÇÃO: PROPEC
PRODUÇÃO: AMAIG, GEPET, LABGEO
APOIOS / PARCEIROS: FMP, GEPET, LABGEO
PATROCÍNIO: GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, MINISTÉRIO DO TURISMO, PÁTRIA AMADA BRASIL

Fonte: Coletivo Educação Solidária, 2021

Figure 17 Chamada para expositores

Festival de
CULTURA
POPULAR e
ECONOMIA
SOLIDÁRIA

Ilha Grande - Angra dos Reis - RJ

Inscrições abertas para:
Expositores
Atrações artísticas

21 a 27 de março

Período: 06 a 12/03/21 por formulário Google

REALIZAÇÃO: PROPEC
PRODUÇÃO: AMAIG, GEPET, LABGEO
APOIOS / PARCEIROS: FMP, GEPET, LABGEO
PATROCÍNIO: GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, MINISTÉRIO DO TURISMO, PÁTRIA AMADA BRASIL

Fonte: Coletivo Educação Solidária, 2021

Figure 18 Chamada para expositores com prazo estendido



Fonte: Coletivo Educação Solidária

Figure 19 Moeda Solidária



Fonte: Coletivo Educação Solidária, 2021

Figure 20 Resultados



Fonte: Coletivo Educação Solidária

2º CAMPO: ESTABELECENDO REDES:

Figure 21 Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT



Fonte: Coletivo Educação Solidária

Figure 22Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT



Fonte: Coletivo Educação Solidária

Figure 23Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 24Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 25Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 26 Apresentação Turismo de Base Comunitária com PEPEDT



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 27 Assinatura Convênio UFRRJ e Universidade de Milagro



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 28 Transatlântico Ilha Grande/RJ



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 29 Carrinhos carregamento de Mercadorias



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 30Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT - Museu Ilha Grande/RJ



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 31Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT - Museu Ilha Grande/RJ



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 32Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT - Museu Ilha Grande/RJ



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 33Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 34Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 35Visita Coletivo Educação Solidária e PEPEDT



Fonte: Elaboração própria 2022

3º VISITA DE CAMPO: APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Figure 36Horta Solidária



Fonte: Elaboração própria 2022

Figure 37Rio poluído



Fonte: Elaboração própria 2022

CURSO EXTENSÃO PPESCE: CRONOGRAMA

PROGRAMA PPESCE -- POPULARIZAÇÃO DA PESQUISA ATRAVÉS DE CURSOS DE EXTENSÃO

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO - PPESCE

1. Dados Gerais da Ação de Extensão

- a) **Título do curso:** A Economia Solidária e as possibilidades de ações coletivas.
- b) **Área de conhecimento (CNPq)¹:** Ciências Sociais Aplicadas.
- c) **Área temática da extensão:** Educação, Meio Ambiente e Trabalho.
- d) **Linha de extensão:** Organizações das Sociedade e Movimentos Sociais e Populares
- e) **Público-alvo (faixa-etária, escolaridade):** Cooperados, associados, conselheiros que atuam na Economia Solidária, membros que atuem em EES formal ou informal ou que pertença alguma organização do terceiro setor, alunos de graduação e demais interessados na temática do curso.

2. Dados do Curso de Extensão:

- a) **Carga horária de atividades:** 30 horas/Mês (12 horas síncronas/ 18 horas assíncronas)
- b) **Período de atividades síncronas:**

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
Manhã						
Tarde			13h às 16h			
Noite						

- c) **Resumo:** O curso “A Economia Solidária e as possibilidades de ações coletivas” busca apresentar uma visão histórica da Economia Solidária no Brasil. Perpassa pelas contribuições e ações do movimento social e a posteriori a institucionalidade nas políticas públicas. Para tanto, foi dividido em 6 aulas teóricas (atividades síncronas) e 6 aulas práticas (atividades assíncronas realizadas por cada participante do curso).

O curso é introdutório e visa trabalhar os conceitos de Economia Solidária e os intrínsecos a ela, tais como: autogestão, cooperativas, associativismo, tecnologias sociais, finanças solidárias, educação popular para familiarizar os temas aos participantes. A partir da contextualização histórica da Economia Solidária como estratégia de ação comunitária um outro conceito, o da gestão social. O objetivo é apresentar aos alunos formas alternativas à visão predominante que se encontra no mercado.

Buscar-se-á introduzir como ocorreu a construção da Economia Solidária enquanto fenômeno no campo das políticas públicas e a organização do movimento de Economia Solidária (FBES, Fóruns Estaduais, regionais e municipais). Por fim, serão apresentados os 17 ODS, sendo que os objetivos 8, 9 e 12 serão os guias norteadores para relacionar aos demais. Assim, a discussão se dará em torno do local e global pela perspectiva da Economia Solidária. E em último momento, será apresentado a experiência ocorrida no território da Ilha grande/RJ decorrente

dos recursos provenientes da Lei Aldir Blanc que fomentou a Economia Solidária no respectivo território.

d) Palavras-chave: economia solidária, gestão social, políticas públicas, movimento social, 17 ODS.

e) Objetivo gerais do curso: O curso tem como objetivo aproximar e introduzir novas formas de organização social baseados na Economia Solidária, discutir a importância das políticas públicas e dos movimentos sociais, perpassando pelo conceito de gestão social e agenda dos 17 ODS, e apresentar uma experiência ocorrida no território Baía da Ilha Grande no Estado do Rio de Janeiro.

f) Metodologia: O curso apresentará 6 aulas expositivas síncronas com duração de 2h cada que visa promover a troca de saberes entre a ministrante e os participantes (incluir Freire) sobre os conceitos de Economia Solidária, Gestão Social, Políticas Públicas, Movimento Social e 17 ODS; e 9 aulas assíncronas com duração de 2h cada onde cada participante realizará uma atividade a ser entregue na semana seguinte como forma de avaliação e requisito para obtenção do certificado; as atividades assíncronas serão realizadas como preparação para a temática da aula seguinte;

g) Ementa do Curso: Aula 1: Apresentar o panorama histórico da construção do movimento social de Economia Solidária passando por uma contextualização do cenário econômico mundial e brasileiro dos anos 1980-1990. Relatar a importância do Fórum Mundial Social dos anos 2000 e a história e das Plenárias de Economia Solidária, e por último, a construção do conceito de Economia Solidária.

Aula 2: A Economia Solidária é um conceito holístico e assim diversas outras dimensões são importantes. Nesta aula, busca-se discutir os principais conceitos atrelados à economia solidária: autogestão, cooperativas, associativismo, tecnologias sociais, finanças solidárias, educação popular etc.

Aula 3: Uma nova forma de pensar economia necessita de uma nova forma de pensar a gestão. Dessa forma o objetivo da aula é apresentar a Gestão Social como forma de pensar a organização com objetivo de atingir a Economia Solidária. Será apresentado a Gestão Social enquanto conceito.

Aula 4: Como vimos nas aulas anteriores, a Economia Solidária além de ser um conceito acadêmico é também um movimento social e está organizado no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FEBES), assim como fóruns estaduais, regionais e municipais. Nesta aula o objetivo é apresentar como se estrutura os movimentos social e a institucionalidade da Política pública de Economia Solidária.

Aula 5: Os 17 ODS são considerados uma grande plataforma de possibilidades de ações coletivas mundialmente, que buscam respeitar os limites do planeta. Pensar a sustentabilidade ambiental é também uma forma estratégica de fazer economia solidária. Nesta aula será apresentado os ODS 8,9 e 12 e como eles se relacionam com os demais objetivos na perspectiva da economia solidária

Aula 6: Diante da crise pandêmica que assolou o mundo nos últimos anos foi necessário agir solidariamente através de ações comunitárias para garantir a vida e subsistência em muitos territórios. Em 2020 foi criado o Coletivo Cultura Popular e economia solidária da Costa Verde que ao promover a cultura local realiza ações ligadas à economia Solidária, destarte, através dos recursos da Lei Aldir Blanc foi realizado o circuito de Economia Solidária no qual o coletivo participou Nesta aula, será apresentado a experiência ocorrida na Ilha grande/RJ

h) Resultados esperados:

Teórico: Deseja-se que os participantes do curso sejam capacitados com a história da Economia Solidária no Brasil a fim de promover uma primeira formação para aqueles que desejam

conhecer a economia solidária como também se preparar para VI Plenária, bem como os conceitos atrelados à economia solidária

Prático: Deseja-se que sejam capazes da realização de um conteúdo áudio visual que vise estimular a prática criativa de novas formas de se comunicar em tempos atrelados ao papel da tecnologia e educação, como também despertar o interesse em pensar novas possibilidades e alternativas para a sociedade, seja por meio de ações comunitárias ou por meio de divulgação de trabalhos relacionados a economia solidária.